



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL)**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**  
**FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL (FSSO)**

ARIANE CRISTINA LIMA DOS SANTOS  
DANIELLE NICOLE ALMEIDA DA SILVA

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA  
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS**

**MACEIÓ**  
**2021**

ARIANE CRISTINA LIMA DOS SANTOS  
DANIELLE NICOLE ALMEIDA DA SILVA

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA  
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pelo curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janne Alves Rocha

**MACEIÓ**

**2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

COORDENAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Folha de Aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

*Ariane Cristina Lima dos Santos*

Aluna concluinte

*Danielli Nesi Almeida da Silva*

Aluna concluinte

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em: 06/05/2021

Título: **Precarização do Trabalho do Assistente Social no Sistema Único de Assistência Social – SUAS**

Conceito: Aprovada

Banca Examinadora:

*Janne Alies Rocha*

Professor orientador

*Margante Seixas Cavalcante*

Examinador 1

*Josimeire de Sousa Leite*

Examinador 2

*Antônio Jorge Belo Matos*

Assistente em Administração

Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso

*Dedico este trabalho aos meus pais que me deram total apoio em todos os momentos e ao meu filho que chegou ao mundo há pouco mais de um ano e já me ensinou bastante sobre o que é o amor, um sentimento forte, único e verdadeiro, o qual demorei três décadas da minha vida para poder compreender. Ele é meu combustível para continuar essa jornada, e por ele e para ele dedico essa conquista!*

*Ariane Cristina Lima dos Santos*

*Dedico a Deus, minha força; aos meus pais, Sandra e Silva, meu apoio; minha irmã Sandy, amiga e incentivadora e a minha querida sobrinha Yasmin, que a pouco mais de um mês transborda minha vida de amor.*

*Danielle Nicole Almeida da Silva*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que em sua infinita bondade sempre me ajudou, me guiou e me livrou dos perigos, além de ter me dado força e coragem para prosseguir, mesmo em meio às atribulações da vida.

Aos meus pais que sempre me deram total apoio, que acreditaram e ainda acreditam no meu potencial e nunca duvidaram que eu chegaria até aqui. Sou grata por tudo que fizeram e fazem por mim, sem eles eu não teria me tornado a mulher que sou hoje, com os valores que possuo, pautados na honestidade, lealdade, coragem, humildade e tantos outros.

Em especial ao meu filho Miguel, que chegou na minha vida já no final da graduação. Por um lado, me obrigando a interromper os estudos, por um curto período de tempo, por outro me dando força e coragem para continuar a vida acadêmica e enxergar um futuro melhor.

A todos/as os/as professores/as da Faculdade de Serviço Social da UFAL, dos/as quais tive a honra de ser aluna, de ter obtido conhecimentos que serão levados por toda a minha vida. Em especial à nossa orientadora Prof.<sup>a</sup> Doutora Janne Alves Rocha que nos acompanhou atenciosamente com paciência e dedicação, fornecendo todo o apoio necessário para a realização desse estudo e à Jaqueline Lima da Silva, pela valiosa contribuição em sua condição de coorientadora. Em particular, agradeço imensamente aos/as professores que marcaram minha trajetória acadêmica: Daniele Gomes, Célia Porto (*in memoriam*), Elaine Nunes, Edlene Pimentel, Sérgio Lessa, e Elvira Simões Barreto.

À minha supervisora do estágio obrigatório Zenaide Siqueira, assistente social do Hospital Universitário Prof. Alberto Nunes, profissional de extrema competência, que me transmitiu diversos ensinamentos acerca da prática profissional, proporcionando diferentes vivências no ambiente hospitalar.

À minha amiga e dupla neste trabalho: Danielle, que me deu a oportunidade de fazer parte deste estudo, oferecendo todo suporte possível, atuando de maneira conjunta em todas as etapas do trabalho, sempre com paciência, dedicação, atenção e compreensão. Serei eternamente grata!

Às minhas colegas e amigas de turma: Danielle Nicole, Jéssica Isabele, Juliana Lins, que me acompanharam durante o curso e me proporcionaram diversos momentos felizes em meio às preocupações da vida acadêmica.

Enfim, a todos que de alguma forma marcaram a minha jornada no decorrer da graduação, meus sinceros agradecimentos!

Ariane Cristina Lima dos Santos

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente e especialmente a Deus, minha força e sustento nos momentos mais difíceis, pelo seu cuidado desde os mínimos detalhes durante toda a trajetória da graduação e da minha vida.

Aos meus pais, pelo apoio e trabalho árduo a fim de garantir o sustento da família e um futuro digno e melhor para suas filhas. Gratidão pelas orações e fé da minha mãe, que tanto surtem efeito, pelo amor, cuidado e ensinamentos.

À minha irmã, Sandy, por acreditar em mim, pelos conselhos e palavras de incentivo, por me ouvir e ter sempre uma palavra de fé, amor e esperança pra me dar. Sou grata e feliz pelo nascimento da minha sobrinha Yasmin, por vivenciar esse amor tão especial.

Aos amigos e irmãos do coração Sâmara e Roberto, por disponibilizarem acolhida e instrumentos, quando eu não dispunha, para a realização do trabalho. Gratidão pelo apoio não só na realização deste, mas em todas as etapas da minha vida.

Às amigas que conhecemos durante o curso, mulheres inspiradoras que levarei para vida, Ariane Lima, Jéssica Santos, Juliana Lins, Luzia Barros, Carina Marinho, Iza Drielle, durante nossa trajetória acadêmica compartilhamos as mesmas lutas e as mesmas alegrias em cada conquista e nos ajudamos, mutuamente, e tornamos o fardo mais leve uma para a outra.

À minha dupla e amiga Ariane Lima, a quem sou especialmente grata, uma parceria que veio para somar e abrilhantar o trabalho. Dividimos ansiedades, inseguranças e juntas enfrentamos todos os obstáculos, fossem eles emocionais ou técnicos. Esse trabalho não seria possível sem sua desenvoltura e força de vontade. Grata pela compreensão, motivação, cumplicidade que nos fizeram chegar até aqui. Conseguimos e devo muito a você!

A todos os docentes de Serviço Social da UFAL que passaram pelo meu processo de aprendizagem e em especial aqueles que marcaram pela forma humanizada de levar conhecimento, são eles, Daniele Gomes de Lima, Clarisse Maria da Conceição, Sérgio Lessa e Adriana Torres.

À nossa orientadora, professora Janne Rocha pela atenção, auxílio e empenho na elaboração desse trabalho. À coorientadora Jaqueline Lima da Silva que nos deu o aporte necessário, sobretudo nos referenciando com material de pesquisa.

Enfim, a todos que me incentivaram, apoiaram e acreditaram em mim durante o processo construtivo dessa monografia.

Danielle Nicole Almeida da Silva

## LISTA DE SIGLAS

**CEME** – Central de Medicamentos

**CEAS** – Centro de Estudos e Ação Social

**CF** – Constituição Federal

**CLT** - Consolidação das Leis do trabalho

**CNSS** – Conselho Nacional de Serviço Social

**CRAS** – Centro de Referência da Assistência Social

**CREAS** - Centros de Referência Especializado de Assistência Social

**FGTS** – Fundo de Garantia do Tempo de Serviços

**FUNABEM** – Fundação Nacional Para o Bem-Estar do Menor

**IAPAS** – Instituto Nacional de Administração da Previdência Social

**INAMPS** – Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

**INPS** – Instituto Nacional de Previdência Social

**LBA** – Legião Brasileira de Assistência

**LOAS** - Lei Orgânica da Assistência Social

**MPAS** - Ministério da Previdência e Assistência Social

**NOB-SUAS** - Normas Operacionais Básicas do Sistema Único da Assistência Social

**NOB-RH/SUAS** – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS

**OIT** – Organização Internacional do Trabalho

**PSB** – Proteção Social Básica

**PSE** – Proteção Social Especial

**SENAC** – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**SENAI** – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

**SESI** – Serviço Social da Indústria

**SINPAS** – Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social

**SUAS** – Sistema Único de Assistência Social

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Rede de proteção e promoção social – MDS.....	49
<b>Figura 2:</b> Tipos de contratação no SUAS.....	53

## RESUMO

Este estudo tem por objetivo refletir acerca da precarização do trabalho do assistente social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Traceja o resgate histórico das relações de trabalho na sociedade capitalista, remontando desde as primeiras fases do sistema capitalista até os dias atuais. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, discorrendo sobre o processo de reestruturação do capital, a flexibilização do trabalho e a ascensão da política neoliberal. O trabalho se fundamenta em pesquisa bibliográfica e documental, apoiando-se em autores como: Karl Marx, Marilda Iamamoto, Yolanda Guerra, Carlos Montañó, entre outros. A categoria trabalho permeia todo o estudo, abordando-se o processo de exploração ao qual a classe trabalhadora foi e continua sendo submetida em sua totalidade, permitindo inferir que é nesse campo antagônico onde o assistente social atua, em diferentes espaços institucionais, na condição de trabalhador assalariado, sendo também submetido às diversas formas de precarização do trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho. Precarização do Trabalho. Reestruturação produtiva. Assistência Social. Serviço Social.

## ABSTRACT

This study aims to debate the precariousness of work of the social worker within the scope of SUAS, having had to carry out the historical rescue of labor relations in capitalist society, dating back to the early stages of the system until the present day, talking about the process of the capital restructuring, work flexibility, and the rise of neoliberal policies. The present study is based on bibliographic and documentary research, drawing on authors such: Karl Marx, Marilda Iamamoto, Yolanda Guerra, Carlos Montãno, among others. The work category permeated the entire study, where it was verified the whole process of exploitation to which the working class was and continues to be subjected. It is concluded that it is in this antagonistic field that the social worker acts, in different institutional spaces, now as an employed person, being also subjected to the various forms of precariousness of work.

**Keywords:** Work. Precariousness of work. Productive Restructuring. Social Assistance. Social Service.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA .....</b>	<b>18</b>
2.1	Resgate histórico das transformações do trabalho na sociedade capitalista.....	18
2.2	Acumulação flexível e as novas formas de precarização das relações de trabalho.....	28
<b>3</b>	<b>O SERVIÇO SOCIAL FRENTE ÀS NOVAS FORMAS DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL.....</b>	<b>36</b>
3.1	A emergência da profissão no cenário brasileiro .....	36
3.2	Mudanças do Serviço Social no Brasil: década de 1960 a 1980 .....	40
<b>4</b>	<b>O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....</b>	<b>44</b>
4	Assistência social como política pública de direito: avanços e retrocessos .....	44
4.2	A precarização do trabalho do assistente social no âmbito do SUAS.....	50
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>59</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>63</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo refletir sobre aspectos relacionados à precarização do trabalho do assistente social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), pautando-se na trajetória das relações de trabalho na sociedade capitalista e suas transformações. O interesse pelo objeto de estudo decorre de experiência de estágio supervisionado, como componente curricular obrigatório, desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), momento de aproximação com a atuação do assistente social, despertando-nos para o aprofundamento dos conhecimentos sobre a precarização das condições de trabalho deste profissional no âmbito da política de assistência social.

O resgate histórico das relações de trabalho faz-se necessário, pois é a partir da instauração do capitalismo que o trabalho tem suas funções modificadas, passando de base estruturante da sociedade à mera mercadoria de uso, causando um impacto significativo nas relações sociais como um todo.

Para a realização da análise sobre a precarização que permeia a profissão de Serviço Social, deve-se resgatar sua origem, bem como, o processo de constituição histórico, social, econômico e político próprio da lógica e da singularidade capitalista, sendo estes considerados os elementos geradores da subsunção do trabalho ao capital. É nesse contexto que emerge o conjunto dos problemas sociais advindos do aviltamento do trabalho e do pauperismo da classe trabalhadora.

É na fase dos monopólios que o Serviço Social surge como profissão, marcadamente a partir da execução de políticas sociais impostas pelo Estado na busca de atender as demandas da classe trabalhadora que, devido suas precárias condições de vida, evidencia a denominada “questão social”.

É de conhecimento geral que o processo de industrialização, na fase do capitalismo monopolista, foi marcado pelo surgimento da classe operária e com ela o do fenômeno da “questão social”, que afligia toda classe operária no auge do processo de acumulação do sistema capitalista. Diante das condições de exploração, tal classe passa a reivindicar melhores condições de vida e trabalho, gerando conflitos e tensões sociais que representam ameaças para a burguesia e a manutenção da ordem econômica. Decerto, no intuito de conter as

manifestações da classe operária, a burguesia cria estratégias de enfrentamento das manifestações da “questão social”, aliando-se à Igreja e ao Estado para exercer o controle social sobre a classe operária. Mediante esse cenário, visando conter as reivindicações e atender algumas necessidades sociais da classe trabalhadora, o Serviço Social surge como profissão demandada pela classe dominante. Portanto, para pensar o surgimento do Serviço Social como profissão, há de se considerar o papel do Estado no cenário do capitalismo monopolista e as ações da burguesia na busca de respostas para as manifestações da “questão social”.

Nessa direção, torna-se evidente que o surgimento do Serviço Social se deu em decorrência das consequências que envolvem o processo de constituição do capitalismo vinculado às mazelas da “questão social”. Diante da acumulação de pobreza, da opressão e da miséria, a burguesia percebeu a necessidade de criar mecanismos de controle da classe operária, unindo-se ao Estado e a Igreja na busca por alternativas que atenuassem as expressões da “questão social”.

As estratégias foram as mais diversas, inicialmente focadas em ações filantrópicas que não foram suficientes para atender os problemas sociais – surgindo, assim, a necessidade de estudos para a formulação das políticas públicas existentes e a qualificação dos agentes profissionais que atuariam nessa área através das escolas de Serviço Social, criadas posteriormente, para formação e capacitação para o exercício profissional.

Assim posto, entende-se que o surgimento do Serviço Social está vinculado ao processo histórico do desenvolvimento do capitalismo e a “questão social” constitui-se como base para a profissão, através da mediação das políticas sociais instituídas pelo Estado. Assim, o profissional de Serviço Social se insere no mercado de trabalho assumindo a condição de trabalhador assalariado, experimentando os efeitos da tríade flexibilização/precarização/terceirização do trabalho.

Apesar de o Serviço Social ter sido legalmente reconhecido como profissão, com autonomia teórico-metodológica, técnica e ético-política no exercício profissional, o trabalho do assistente social é o de um trabalhador assalariado, limitado e sem o controle da totalidade dos processos de seu trabalho, sendo seus empregadores – sejam eles das instituições públicas ou

privadas – os que fornecem condições e meios para o desenvolvimento da sua atividade profissional.

Diante do exposto, são diversos os desafios a serem enfrentados pela categoria profissional, dentre os quais: a qualificação e capacitação continuadas; a inserção em instituições que realizem estudos de aprofundamento da reflexão sobre o trabalho desenvolvido; participação em debates sobre os efeitos da prática profissional na vida do usuário e a efetividade na melhoria do acesso da população aos serviços sociais de qualidade, entre outros.

Para a realização desse estudo, recorreu-se às pesquisas de cunho documental e bibliográfico. Na pesquisa bibliográfica foram utilizadas fontes como livros e artigos científicos, com destaque para obras de renomados autores no ramo do Serviço Social, distribuídos por eixos, conforme explicitado a seguir.

Na categoria *trabalho*, destacamos os autores Marx (1985) e Ricardo Antunes (2006), além de Alex Mello (1999), e Harvey (2013). Sobre a precarização destacam-se Yolanda Guerra (2010) e Marilda Iamamoto (2013). Na abordagem do Serviço Social e sua trajetória, produções dos autores José Paulo Netto (1996), Martinelli, Fonseca (2013), dentre outros.

Na pesquisa documental e na abordagem sobre a política de assistência, buscou-se suporte nas legislações pertinentes ao âmbito dos direitos e políticas sociais, como a Constituição Federal (CF, 1988) e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993).

Para a exposição do estudo, o trabalho se estrutura em quatro capítulos, os quais são divididos em subitens, à exceção desta introdução, que apresenta um panorama do estudo realizado. O segundo capítulo aborda a gênese da sociedade capitalista e suas implicações no mundo do trabalho, tendo como base a precarização do trabalho ao longo de todo o processo de desenvolvimento capitalista, de sua emergência, passando pelo processo de reestruturação produtiva, até os dias mais recentes. Assim, constatando-se todo o processo de exploração e degradação humana ao qual o capital submete a sociedade, tendo sido intensificado com o processo de reestruturação do capital e a conseqüente flexibilização do trabalho. Ressalta-se, ainda, a necessidade da criação da profissão de Serviço Social, dentre outras, para atuar no

problema, no controle social e na minimização dos descontentamentos da classe trabalhadora.

No terceiro capítulo é abordada a profissão do Serviço Social no cenário brasileiro, desde seu surgimento, na década de 1930, passando por todos os acontecimentos marcantes até as grandes e mais significativas mudanças no pós década de 1960, onde a profissão passa por um processo de autoanálise crítica, voltando-se para o campo da pesquisa deixando de lado as amarras que a prendiam ao Estado e à igreja, abandonando as velhas formas do tradicionalismo profissional. O período em que a profissão reafirma o seu compromisso com a classe trabalhadora, abordando sua atuação no âmbito das políticas sociais e na luta pela garantia de direitos em prol de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por fim, o quarto capítulo trata da assistência social no Brasil, sendo evidenciado o marco histórico das políticas sociais contidas na Constituição Federal (CF, 1988), bem como a promulgação de leis, a exemplo da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS,1993) e outras, contextualizando a ascensão da ofensiva neoliberal, onde o Estado passa a voltar-se minimamente para o campo dos direitos sociais e maximamente para o mercado, ocasionando enorme retrocesso para a classe trabalhadora. Finalmente, salienta-se como as diversas formas de precarização/flexibilização no mundo do trabalho refletem na atuação do assistente social no SUAS, constatando-se terem sido intensificadas nas últimas três décadas.

## 2 RELAÇÕES DE TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Para apreender a construção do trabalho na sociedade capitalista, é necessário um resgate histórico que remonte desde o fim do sistema feudal até o capitalismo dos dias atuais. Ao longo do tempo as relações de trabalho passaram por diversas e grandes transformações, nas quais as maiores e mais significativas mudanças ocorreram na vigente sociedade capitalista, onde o trabalho perde seu caráter central e estruturante da sociedade e passou a possuir o de mera mercadoria. Tais transformações geraram grandes impactos para a vida dos trabalhadores, entre eles a degradação da vida humana, que passa a ser tida como a principal consequência.

Diante disso, serão abordadas neste capítulo as transformações ocorridas no âmbito do trabalho ao longo do processo histórico da sociedade capitalista e as consequências geradas pelo seu desenvolvimento, explícitas, entre outras, nas novas formas de precarização e flexibilização das relações de trabalho.

### 2.1 Resgate histórico das transformações do trabalho na sociedade capitalista

O sistema de produção capitalista passou por algumas fases ao longo do seu processo histórico, sendo elas: a primeira fase, correspondente ao capitalismo comercial ou mercantil (ou pré-capitalismo), chamada por Marx (1988) de acumulação primitiva do capital; a segunda fase, marcada pelo capitalismo industrial; e a terceira fase, correspondente ao capitalismo financeiro ou monopolista.

A produção capitalista teve seu ponto de partida na sociedade feudal, ainda sob os moldes do que Marx conceituou como *acumulação primitiva*, por ser considerada a pré-história do capitalismo. O fim da estrutura econômica da sociedade feudal possibilitou o surgimento da sociedade capitalista. Segundo o autor, “[...] a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela” (MARX, 2013, p. 836). Dessa forma, foram estabelecidas novas regras no mundo do trabalho.

Ainda de acordo com Marx (1988), o processo de criação do sistema capitalista caracteriza-se pela retirada da propriedade dos meios de trabalho dos indivíduos, fazendo com que os meios de sobrevivência sejam convertidos em capital. Dito de outra forma, os trabalhadores agora têm de vender sua força de trabalho para garantir sua subsistência na sociedade. Se antes, os indivíduos eram detentores dos seus próprios meios de produção, agora não mais, pois o detentor destes tornou-se o patrão, o capitalista. “A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” (MARX, 1988, p.830).

O trabalhador passa a ter uma visão distorcida do seu real papel dentro da sociedade capitalista, acreditando ter se tornado independente e “livre” das amarras do antigo sistema, deixando de ser apenas um servo para se tornar um trabalhador independente e autônomo, com direito de viver do sustento obtido com a venda da sua própria força de trabalho. Assim sendo, “[...] em princípio, têm o direito de vender sua força de trabalho a quem quiser, assim como o direito de comprar o que quiserem no mercado com os salários que recebem” (HARVEY, 2013, p. 103).

Na sociedade capitalista o objetivo é única e exclusivamente a produção e reprodução do capital, para o que é necessário que ocorra a apropriação da força de trabalho, para o que se passa a oferecer uma remuneração salarial que não condiz com o trabalho realizado. A força de trabalho passa a ser tida como uma mera mercadoria e o trabalho passou a deter caráter qualitativo. Dessa forma, no processo de mercantilização do trabalho ocorre o processo de alienação, no qual o trabalhador torna-se alheio ao resultado final, fruto de seu trabalho, passando a não se reconhecer no item produzido, empregando sua força não mais para produzir para sua própria necessidade e satisfação, mas sim para outro indivíduo – o capitalista. Desse modo, o trabalhador passa a promover inconscientemente a continuidade de todo o processo de exploração no qual está inserido.

O capitalista cuida de que o trabalho se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria prima e que o instrumento de trabalho seja preservado, isto é, só seja destruído na medida em que seu uso no trabalho o exija (MARX, 1985, p. 154).

O processo de exploração baseia-se na extração da mais-valia, que é o trabalho excedente realizado pelo trabalhador e corresponde à diferença entre o tempo gasto na produção de um produto e a remuneração oferecida que não condiz ao trabalho desempenhado. Desse modo, o trabalho será executado sob o comando do capitalista, que, agindo de forma cruel e abusiva, submeterá o trabalhador a tal forma de produção. O trabalhador não tem outra opção a não ser a venda da sua força de trabalho, sendo subordinado a todo esse processo alienante, no qual não consegue enxergar a real composição do sistema. Nesses termos, o trabalhador sofre um empobrecimento material e intelectual, em troca de uma remuneração salarial escassa e insuficiente para suprir as necessidades básicas da vida em sociedade.

Os indivíduos, paulatinamente, passam a entrar em contato entre si não mais como membros de uma comunidade voltada à satisfação pura e simples de suas carências materiais internas, mas como trabalhadores independentes, requisitados a cumprir a simples finalidade de produzir riquezas por meio de vínculos impessoais de contrato de trabalho, subordinados a condições precárias de produção [...] (MELLO, 1999, p. 33).

Segundo Marx (1996, p. 275), “A acumulação da riqueza num polo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral”. É um tipo de sistema cruel e alienante, responsável por tornar os indivíduos verdadeiros escravos do sistema, dele dependentes e sem outras opções de sobrevivência. De um lado gera riqueza, realização material e até felicidade para alguns – em contrapartida, gera miséria para a maioria, desigualdade social e precarização da vida humana.

A alienação do trabalho faz o trabalhador crer que é um componente importante e que seu trabalho é valioso, colocando-o num patamar cada vez mais elevado de ignorância e incompreensão. O que ocorre é um processo silencioso de dominação constante cercado todos os aspectos da vida do trabalhador. De acordo com Mészáros (2011, p. 431), “[...] esta separação alienada e – em relação ao sujeito que trabalha – implacavelmente dominadora/‘adversa’ constitui a própria essência do capital como um modo de controle social”. O processo de dominação e controle do capital nada mais é do

que uma forma de manter o sistema operando normalmente e dentro das conformidades. Assim sendo, o controle social é a base da continuidade de todo o processo.

Com relação ao resgate histórico do sistema capitalista, como já dissemos, sua primeira fase corresponderá ao capitalismo comercial ou mercantil. Esse período foi marcado por diversas transformações no cenário político e econômico ao redor do mundo e marcou o princípio da idade moderna. Teve seu desdobramento em meados do século XVI e, além do crescente processo de assalariamento no campo, com a ampliação das oficinas e de trabalhadores contratados, observou o surgimento do capital produtivo nas cidades, resultando na crescente produção de mais-valia através da exploração da força do trabalho.

É nesse período que a produção capitalista de base manufatureira vai predominar na Europa. Seu desenvolvimento ocorre com a expansão do mercado mundial através do comércio internacional ultramarino, com as viagens de exploração a novas terras em busca de metais preciosos e matérias primas, mais precisamente em solos africano e americano. Nesse cenário surgem ainda os primeiros grandes negócios comerciais, dentre os quais pode-se destacar como principais a Companhia Britânica das Índias Orientais e a Companhia das Índias Orientais Holandesas, que comercializavam os produtos encontrados nas expedições exploratórias. Logo, o modo de produção capitalista eclode a partir da produção e comercialização de mercadorias em nível mundial.

De acordo com Mello (1999), quando o capitalismo mercantilista surgiu na Europa, no século XVI, já estava em desenvolvimento um sistema de produção a nível global que tinha como princípios basilares o suprimento das necessidades do mercado mundial decorrente da expansão marítima e busca por matéria prima e metais preciosos, proporcionando o desenvolvimento do comércio e transformando a velha estrutura econômica em um modo de produção defasado.

É nesse período que surgem a moeda como valor de troca e a manufatura baseada na divisão social e técnica do trabalho, emergindo, também, a divisão da execução de uma atividade em várias operações distintas e destinadas a grupos diferentes de trabalhadores, cada um com sua função específica. Assim, a “[...]” forma de trabalho em que muitos trabalham

planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação” (MARX, 1983, p. 378), e, se constitui uma característica marcante do capitalismo.

[...] a cooperação de muitos trabalhadores exigida pela produção manufatureira permite não apenas potencializar a força de trabalho individual, mas cria uma força produtiva nova, resultante da jornada de trabalho combinada: a força produtiva social do trabalho. Essa cooperação, no entanto, não é voluntária, mas imposta pelo capital. [...], a força produtiva desenvolvida pelo trabalhador é uma força produtiva apropriada pelo capital e que nada custa a este, sendo criada à medida que o trabalhador é submetido pelo capital a determinadas condições de trabalho (IAMAMOTO, 2000, p. 61).

O século XVII marca o início do capitalismo concorrencial, possuidor de aspectos mercantis e industriais, que foi constituído pela eclosão de diversas fábricas e da produção em larga escala. A economia mundial era dominada por uma grande parcela de proprietários de terra e outra grande parcela de artesãos que comporiam o setor industrial. Desse modo, a indústria caminhava a passos lentos, ainda permeada por fortes traços da fase anterior do sistema.

O período foi marcado pela Revolução Inglesa, considerada a primeira revolução burguesa da história, e proporcionou o surgimento de uma nova face política e social na Europa. Outro fato de grande relevância política, social e econômica dessa fase foi a Revolução Francesa e as notórias transformações que ocasionou na conjuntura social, política e econômica na Europa e no restante do mundo ao final do século XVIII. Nesse contexto histórico apareceram os primeiros sinais de desenvolvimento do capitalismo transformando as relações sociais e as relações do mundo do trabalho.

No período que vai do século XVII ao XIX, quando se desenvolve o capitalismo concorrencial, em sua fase mercantil e industrial, a articulação de tais circunstâncias e fluxos cria condições muito favoráveis ao crescimento de uma sociedade capitalista. O século XVII, além de ter abrigado algumas unidades fabris de produção, testemunhou a criação de importantes invenções, que por certo prenunciavam um futuro já próximo. Foi também em seu cenário histórico que ocorreu a Revolução Inglesa, no período compreendido entre 1640 e 1660, abrindo caminhos para uma nova política econômica e social, liberando a indústria das concessões de monopólios feitas pelos

reis e criando os espaços necessários para a livre expansão do capitalismo (MARTINELLI, 2009, p. 159).

De acordo com Martinelli (2009), o século XVIII foi um período de acontecimentos marcantes, na história humana. Já no final do século, ocorre a Revolução Industrial que inicia era moderna e corresponde à primeira fase do processo de acumulação capitalista, sendo esta considerada a base para a intensificação do modo de produção. A manufatura passou a ser substituída pelas máquinas, com a consequente busca pelo aumento dos lucros financeiros, uma vez que a indústria não alcançava maiores ganhos apenas com a força braçal.

A primeira fase de acumulação capitalista teve seu início entre os séculos XVIII e XIX, destacando-se pelas transformações significativas no processo de produção, desenvolvendo-se inicialmente na Inglaterra e abrangendo, posteriormente, o restante do mundo.

Nesses termos, afirma-se que

A caracterização desse estágio como concorrencial explica-se em função das possibilidades de negócios que se abriam aos pequenos e médios capitalistas: na escala em que as dimensões das empresas não demandavam grandes massas de capitais para a sua constituição (NETTO; BRAZ, 2007, p.172-173).

Além das grandes indústrias, nessa fase surgem ainda as pequenas e médias, dando oportunidade ao pequeno produtor abrir seu próprio negócio, ou seja, tornar-se mais um capitalista no mercado, proporcionando a transição de uma economia agrária e artesanal para a industrial.

Dessa maneira, a burguesia tinha a chance de apropriar-se da produção em escala cada vez maior, valendo-se da exploração dos recursos naturais, de matéria-prima, dos recursos técnicos e, conseqüentemente, dos recursos humanos. O trabalhador artesanal troca suas oficinas por industriais, deixa de produzir uma mercadoria por inteiro para fazer parte apenas de uma pequena parcela das etapas de produção, tornando-se alienado ao fruto de seu trabalho e não se reconhecendo no produto final do seu trabalho.

Marx (1988, p. 91) diz que: “O produto do trabalho é trabalho incorporado em um objeto e convertido em coisa física; esse produto é uma objetificação do

trabalho”. A produção de mercadorias torna-se o resultado da ação objetiva da força de trabalho empenhada, com o trabalhador deixando de reconhecer todo o processo de produção e atribuindo ao fruto do seu trabalho somente o fator de manutenção da sua sobrevivência. Ele não percebe o todo alienante ao qual é submetido, sujeitando-se a viver de forma desumana e recebendo tratamento bárbaro e degradante nas indústrias.

O contexto da Revolução Industrial traz consigo a condição de miserabilidade na vida dos trabalhadores e a precarização, de modo geral, da vida social, caracterizada por baixíssimos salários, condições de trabalho insalubres e jornadas excessivas, que variavam de 12 horas e 16 horas. Houve ainda abuso do trabalho infantil, falta de leis trabalhistas que apoiassem os trabalhadores, falta de assistência médica, falta de condições dignas de trabalho e moradia, entre outros.

Além dos problemas enfrentados no cotidiano fabril, os trabalhadores ocasionalmente se acidentavam em seus locais de trabalho e eram rapidamente substituídos por outros que estavam na fila de espera, o denominado exército industrial de reserva<sup>1</sup>, portanto a rotatividade entre os trabalhadores era grande.

Ao tratar do exército industrial de reserva, Marx (1996) enfatiza que o processo de expansão e acumulação do capital trouxe consigo a degradação constante da vida dos trabalhadores, pois, à medida que o capital se expande, gera também a crescente produção de contingente de mão de obra disponível – que, por sua vez, excede à demanda do capital. São, portanto, trabalhadores que se submetem a trabalhos precários e à baixa remuneração salarial, ora empregados, ora desempregados, vivendo à margem da sociedade.

Nos centros da indústria moderna – fábricas, manufaturas, siderúrgicas, minas etc. –, trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos em maior proporção, de modo que, ao todo, o número de ocupados cresce, ainda que em proporção sempre decrescente em relação à escala da produção. A

---

<sup>1</sup>O termo refere-se ao desemprego estrutural causado pelo sistema capitalista, à força de trabalho que excede às necessidades do capital. A expressão foi intitulada por Karl Marx em sua crítica à economia política. “[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (MARX, 1989, p. 731).

superpopulação existe aqui, em forma fluente (MARX, 1996, p. 271).

Para Marx (1996, p. 265, grifo do autor): “Não basta à produção capitalista de modo algum o *quantum* de força de trabalho disponível que o crescimento natural da população fornece. Ela precisa, para ter liberdade de ação, de um exército industrial de reserva”. É necessário um contingente excedente de mão de obra sempre disponível ao capital, vivendo de forma geral à margem da sociedade, tornando-se um mal fundamental e indispensável ao pleno funcionamento do modo de produção capitalista.

Diante do crescente número de trabalhadores disponíveis no mercado e da alta taxa de desemprego estrutural, o processo de exploração do trabalho tornava-se cada vez maior. As indústrias e o Estado não ofereciam suporte algum aos seus trabalhadores e visavam apenas o lucro por eles gerado, com o Estado, no contexto do liberalismo econômico, isentando-se da responsabilidade de proteger a classe trabalhadora e sem interferir no setor econômico, ocasionando uma crescente onda de descontentamento da classe.

Diante disso, vale destacar o surgimento de uma nova classe, a operária, surgida na segunda fase do capitalismo. Neste momento histórico, ao observarem as condições precárias vivenciadas no local de trabalho, e na intenção de impor limites às explorações que sofriam, os trabalhadores se unem e desenvolvem uma resistência aos seus patrões no anseio por melhorias e direitos a princípios trabalhistas. Ao tempo em que passam a se reunir em organizações sindicais a fim de implementarem medidas em prol da luta por melhores condições de vida e trabalho.

Mesmo diante de uma classe trabalhadora insatisfeita, a vida dos trabalhadores nas indústrias não tinha importância alguma, somente a extração do trabalho excedente realmente tinha valor. Já no final do século XIX, no contexto da segunda Revolução Industrial, a fim de obterem maiores lucros financeiros, os empregadores utilizavam métodos de racionalização do trabalho, entre eles o taylorista<sup>2</sup>. O método taylorista coloca o trabalhador apenas como o

---

<sup>2</sup> Teoria administrativa criada pelo americano Frederick Winslow Taylor e cujo objetivo principal é racionalizar o trabalho e assim aumentar a produtividade. Taylor propõe é uma gerência científica do trabalho, isso significa um “[...] empenho no sentido de aplicar os métodos científicos aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão” (BRAVERMAN, 1987, p. 82).

executor das funções, sob a supervisão de outro trabalhador assalariado e com maiores qualificações, para supervisionar e planejar o desenvolvimento do trabalho através do controle do tempo e dos movimentos dos trabalhadores. Outro método de racionalização bastante aplicado foi o fordismo<sup>3</sup>, no qual o trabalho é realizado com o auxílio de diversos maquinários, fazendo com que os trabalhadores produzam peças de modo fracionado e contínuo, realizando a montagem dos produtos por partes, aumentando a velocidade da fabricação das peças e uma maior produtividade.

Por outro lado, no início da terceira fase do capitalismo, observa-se a junção do capital industrial ao capital bancário, formando o sistema financeiro de acumulação capitalista no qual os bancos passam a ser o principal mecanismo de concentração do capital. A economia deixa de ser centrada no poder das indústrias e volta-se para o setor financeiro empresarial, as empresas agora são transformadas em ações e essas ações passam a ser comercializadas – surgindo a bolsa de valores, onde são feitas negociações, investimentos empresariais e outros. Dentre as características dessa fase, podem ser citadas como exemplo o sistema de créditos, ações empresariais, juros financeiros, empréstimos, financiamento de dívidas e negociações. Outra característica foram as mudanças referentes às trocas comerciais que passam a ser substituídas por formas digitais. O capital passa a centrar-se nas mãos de poucas empresas, estas que formam os grandes monopólios dominadores do sistema econômico global, daí a denominação de *capitalismo monopolista*.

De acordo com Netto (2009), o capitalismo monopolista evidencia ainda mais as contradições sociais da exploração do trabalho e avanço do processo de industrialização. Diante disso, cresce o número de trabalhadores do exército industrial de reserva e, conseqüentemente, e aumenta o índice de pauperização da população, que passa a migrar para os grandes centros urbanos onde ficavam os grandes aglomerados empresariais. Ainda de acordo com o autor, é só a partir daí que o Estado se volta para a “questão social”<sup>4</sup> e para a criação de

---

3 O Fordismo é um princípio organizador do trabalho desenvolvido por Henry Ford em 1908, sendo um desdobramento do Taylorismo. “O Fordismo equivaleu ao maior esforço coletivo para criar, com velocidade sem precedentes, e com uma consciência de propósito sem igual na história, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem. Os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar a vida” (HARVEY, 1998, p. 121).

4 “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu

políticas sociais, cuja principal função é a manutenção e o controle da força de trabalho.

Sob ainda mais um aspecto, é igualmente importante – diante das inter-relações longe de harmoniosas entre os microcosmos particulares – a necessidade de intervenções políticas e legais diretas ou indiretas nos conflitos constantemente renovados entre as unidades socioeconômicas particulares. Este tipo de intervenção corretiva ocorre de acordo com a dinâmica mutante de expansão e acumulação do capital, facilitando a prevalência dos elementos e tendências potencialmente mais fortes até a formação de corporações transnacionais gigantescas e monopólios industriais (MÉSZÁROS, 2011, p. 108).

A necessidade de elaboração de políticas voltadas para o âmbito social é mais uma estratégia do Estado na continuidade aos interesses do capital. Mézáros (2011, p. 106) ressalta que “[...] a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema”.

Diante disso, as relações pacíficas entre Estado e sociedade são necessárias, pois a “desordem social” interfere diretamente na ordem econômica dos países, sendo o setor econômico a prioridade do Estado capitalista moderno. Assim, ao passo em que o Estado oferece auxílio à classe trabalhadora, retira também do trabalhador os direitos alcançados e mostra descaso ao ser condizente com as formas de precarização das relações de trabalho.

O capitalismo vivenciou a sua “era de ouro”, período caracterizado por forte crescimento econômico, entre 1945 e a década de 1970, na qual se desvela a crise estrutural do capital. Como estratégia de recuperação, é iniciado o processo de reestruturação produtiva do capital, demandando inovações técnicas, científicas, organizacionais e tecnológicas.

É nesse contexto que ocorre o esgotamento do modo de produção fordista-keynesiano – baseado na produção em série, verticalizada, em mão de obra industrial e fabril –, passando a ser legitimado o regime de acumulação “flexível”, caracterizado pelo toyotismo. O modelo toyotista consiste na redução

---

reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão” (CARVALHO E IAMAMOTO, 1983, p.77).

do quadro de trabalhadores industriais e em empregos formais e estáveis para abrir espaço ao trabalhador informal, à terceirização e às subcontratações, evidenciando a precarização do trabalho. Para Mészáros (2011, p. 33), “[...] os obstáculos reais enfrentados pelo trabalho, no presente e no futuro próximo, podem ser resumidos em duas palavras: flexibilidade e ‘desregulamentação’”.

Com o cenário de crise estrutural do capital surgem as necessidades de redução de custos, maior lucratividade e, principalmente, de superação da crise. O processo de reestruturação do capital inclui diversas medidas de enfrentamento da crise, dentre os quais a acumulação flexível, que traz diversas modificações no campo do trabalho. Em contrapartida ocorre a desregulamentação do trabalho e das relações sociais e agravamento da situação do desemprego estrutural, ao que se acompanha o afunilamento da “questão social”.

## **2.2 Acumulação flexível e as novas formas de precarização das relações de trabalho**

As crises do capital se repetem ao longo do tempo desde o século XIX, sendo, porquanto, são cíclicas (NETTO, 2013). Essas crises não são apontadas como ameaça ao capitalismo, pois o sistema consegue recuperar-se e reerguer-se com o passar do tempo.

O capitalismo enfrentou por duas vezes um tipo de crise chamada por Netto (2013) de “crise sistêmica”. A primeira em 1873, na Europa, com duração de 23 anos, e a segunda, em 1929, cujo marco foi a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, perdurando por 16 anos. “A crise do capitalismo em primeiro lugar é uma crise de eficácia econômico-social da ordem do capital. Em segundo lugar, [...] trata-se de um esgotamento de um pacto político-social entre as classes: o pacto fordista-keynesiano [...]” (GUERRA, 2005b, p. 10).

O pacto fordista-keynesiano, elaborado pelo economista britânico John Maynard Keynes, defende a regulação da economia pelo Estado, que deveria passar a intervir na vida dos trabalhadores através de benefícios sociais. A sua formação é marcada pela pressão dos trabalhadores que reivindicavam “[...] atendimento de parte das suas necessidades sociais, operando mudanças nas legislações trabalhistas e nas medidas de proteção social” (BIHR, 1998). Esse

pacto não mais condizia com os interesses do capital, que vê no toyotismo<sup>5</sup> o modelo de produção ideal para garantir a superação da crise e o seu pleno desenvolvimento. É no contexto toyotista que emerge a acumulação flexível do trabalho, baseada na “[...] flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos, e padrões de consumo” (HARVEY, 1998, p. 140). Em contrapartida, inicia-se o processo de aprofundamento da precarização do trabalho.

O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção (ANTUNES, 2006, p. 24).

De acordo com Netto (1996, p. 92), “[...] O capitalismo tardio, transitando para um regime de acumulação ‘flexível’, reestrutura radicalmente o mercado de trabalho, seja alterando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação.” A constituição deste novo padrão de acumulação proporcionou significativa redução das vagas de emprego, estáveis e regulamentadas, no setor industrial, intensificando a precarização do trabalho, o aumento do desemprego estrutural e a colocação de novos modelos de contratação, o que caracteriza o processo de terceirização, trabalhos temporários e contratuais, pluriemprego, entre outros.

No contexto da crise estrutural o Estado neoliberal é implantado como medida de reestruturação do capital. No neoliberalismo econômico a pretensão “[...] não é ‘reduzir a intervenção do Estado’, mas encontrar as condições ótimas (hoje se possível com o estreitamento das instituições democráticas) para direcioná-la segundo seus particulares interesses de classe” (NETTO, 2012, p. 81). Assim, o Estado maximiza o atendimento das necessidades do capital.

---

5 O Toyotismo foi idealizado pelos engenheiros Taiichi Ohno, Shingeo Shingo e Eiji Toyoda, de dentro das fábricas de automóveis Toyota. “O Toyotismo é uma resposta à crise do fordismo nos anos 70. Em lugar do trabalho desqualificado, o operário é levado à polivalência. Em vez da linha individualizada, ele integra uma equipe. [...] Em suma, o toyotismo elimina, aparentemente, o trabalho repetitivo, ultra-simplificado, desmotivante, embrutecedor” (GOUNET, 1999, p. 33).

A esse formato estatal Sader (1999) denominou Estado *mini-max*, pois entendeu que o Estado se voltou minimamente para o âmbito do trabalho e majoritariamente para o capital. Assim, o Estado passou a criar subsídios, créditos, perdão de dívidas, investimentos, obras de infraestrutura, sempre visando à acumulação privada e a manutenção do sistema. Em contrapartida, o trabalhador passa a sofrer com os cortes de gastos sociais, precarização das políticas públicas, congelamento de salários, dentre outros. O Estado desobriga-se diante das refrações da “questão social”, deixando-a sob os cuidados da sociedade civil, cujas ações são desenvolvidas através de ações do voluntariado e filantrópicas.

Com a flexibilização do trabalho, o Estado neoliberal adota uma nova forma de superar a crise, baseando-se em um padrão de acumulação flexível e na conseqüente desregulamentação do trabalho. Constitui-se, pois, em uma tática que vai além da flexibilização do modo de produção, pois acaba com diversos direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo do tempo. Desse modo, o Estado é mecanismo de consolidação do capital “[...] mediante seu papel central no processo de desregulação e (contra) reforma estatal, na reestruturação produtiva, na flexibilização produtiva e comercial, no financiamento ao capital, particularmente financeiro” (MONTÃO, 2002, p.17).

Nesses termos, a acumulação flexível

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de novos setores de produção totalmente inovadores, com maneiras novas de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1998, p. 140).

A introdução de novas tecnologias nas indústrias passa a ser intensificada com a reestruturação do capital, a fim de flexibilizar as formas de trabalho e aumentar a força produtiva, ao mesmo tempo em que contribui para a precarização do trabalho. Isso ocorre porque, ao introduzir maquinário e novas tecnologias, ocorre a substituição da mão de obra humana, impactando diretamente na classe trabalhadora ao provocar o aumento nas taxas de desemprego. Para Harvey (2012, p. 56), “O resultado é um exército ‘flutuante’ de trabalhadores demitidos cuja existência coloca uma pressão descendente

sobre os salários. O capital manipula simultaneamente a oferta e a demanda de trabalho”.

O desemprego estrutural é constituído por uma dinâmica inerente ao capital, ou seja, a existência deste depende do contingente de mão de obra continuamente disponível àquele. Diante disso, a mão de obra torna-se desvalorizada: quanto maior o número de desempregados, maior o número de trabalhadores disponíveis que se submeterão a empregos informais, a baixos salários e à precarização de uma forma geral.

No modelo de acumulação flexível é importante reduzir o número de funcionários e realizar o “enxugamento” nas empresas, por isso também são introduzidos o maquinário e as novas tecnologias em substituição do trabalho humano. A realização dessa redução de postos de trabalho passa a ser considerada condição necessária ao sucesso das empresas e à superação da grave crise estrutural do sistema, bem como, torna possível a redução do “[...] número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins” (HARVEY, 2002, p. 144).

Se no apogeu do taylorismo/fordismo mensurava-se a pujança de uma empresa pelo número de operários que nela exerciam sua atividade laborativa – a era do operário-massa –, pode-se dizer que, na era da acumulação flexível e da ‘empresa enxuta’, são merecedoras de destaque as empresas que mantêm menor contingente de trabalhadores e, apesar disso, aumentam seus índices de produtividade (ANTUNES; DRUCK, 2014, p. 14).

De acordo com Mézáros (2007), o aumento das forças produtivas ocasiona o aumento de mão de obra dispensada; ou seja, enquanto cresce a lucratividade do capital com a produção cada vez mais tecnologizada cresce também o número de desempregados, trabalhadores substituídos e dispensados de seus postos de trabalho. Embora o processo de introdução de novas tecnologias não dispense totalmente a mão de obra humana, pois continua sendo necessário o controle e a manutenção realizados pelo homem.

O desemprego contribui para a intensificação do trabalho informal, denominado de diferentes formas: microempresa, micronegócio, microempreendedorismo, nanoempresas, dentre outras. O trabalhador passa a trabalhar para si e conforma-se em não ter nenhum tipo de regra ou

regulamentação do trabalho, acreditando ter se tornado “dono” do seu próprio negócio quando na verdade tende a perder direitos trabalhistas e contribuir para o avanço do capital.

Em concordância com Teixeira (2009), observa-se que o trabalhador passa a se enxergar na condição de produtor, igualando-se ao capitalista e deixando de lado a relação antagônica que os separava. Dessa forma, torna amplo o campo para atuação do capital ao ser favorável aos interesses movidos por este.

A subcontratação e a terceirização são características dessa nova fase do capital, com o desemprego força o trabalhador a aceitar novas formas de trabalho. Após o processo de flexibilização, vagas de emprego antes ocupadas por imigrantes e trabalhadores sem especialização, mas os trabalhadores que restaram da era taylorista/fordista, profissionais qualificados, permanecem desempregados e dispostos a trabalhar em empregos precários.

Nesse contexto ocorre ainda a “exclusão dos trabalhadores considerados ‘idosos’ pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho” e acabam partindo para a informalidade” (ANTUNES; ALVES 2004). Para o capital, os mais jovens adaptam-se com maior facilidade às novas exigências do mercado. Ainda assim, as vagas oferecidas, em sua grande maioria, são vagas de empregos temporários, nos quais os jovens trabalhadores não conseguem estabilidade e acabam por viver dessa forma, entre o desemprego e empregos temporários.

Além do fator do desemprego estrutural e dos contratos temporários de trabalho, ocorre a inclusão criminosa de crianças e adolescentes no trabalho clandestino, submetidos a longas jornadas em locais insalubres após terem sido retirados do ambiente escolar e adequado ao seu pleno desenvolvimento.

A introdução do trabalho infantil ocorre em todo o mundo, embora com maior incidência em algumas regiões. “O maior número absoluto de crianças trabalhadoras encontra-se na região da Ásia-Pacífico, mas a África Subsaariana continua a ser a região com a mais elevada incidência de trabalho infantil” (OIT, 2013, p. 7) – regiões onde existem alto índice de pobreza e miserabilidade humana.

Os maiores beneficiados com esse tipo de exploração são geralmente as empresas multinacionais, que terceirizam seus trabalhos a fim de obterem maiores lucros financeiros. Contratam empresas de menor porte, normalmente em países subdesenvolvidos, para que produzam para elas, mas aí está o grande problema, posto que é nas empresas de pequeno porte que ocorre a superexploração do trabalho de forma direta. É nelas que crianças e adolescentes são obrigados a trabalhar, muitas vezes pelos próprios pais ou parentes que trabalham na mesma empresa, em postos insalubres. Com efeito, a responsabilidade diante da exploração infantil é da empresa de porte menor, retirando a possibilidade de culpabilização das empresas multinacionais, comumente sediadas em países desenvolvidos.

Além da exploração de crianças e adolescentes, é comum no cenário de reestruturação do capital a exploração do trabalho análogo à escravidão, mais comumente nas regiões anteriormente citadas. Tal exploração se caracteriza pelo trabalho forçado, pela privação do direito de ir e vir, jornadas excessivas de trabalho, entre outros. Percebe-se que a escravidão dos séculos passados foi reinventada com a reestruturação produtiva do capital e que as maiores vítimas são os milhares de homens e mulheres vivendo em situação de extrema pobreza; e que, além disso, atinge com mais frequência os migrantes, que vivem na ilegalidade em outros países e estão suscetíveis a esse tipo de trabalho.

Cabe ressaltar uma tendência recente da flexibilização do trabalho expressa no fenômeno da “uberização”<sup>6</sup>, caracterizado pelos serviços de transporte guiados por aplicativos de celular. A uberização do trabalho consiste em jornadas excessivas, sem direitos trabalhistas garantidos, nas quais o trabalhador, possuidor de uma falsa autonomia, determina quantas horas vai trabalhar em quais dias e horários, tendo de trabalhar excessivamente para obter retorno financeiro que supra algumas de suas necessidades.

[...] a chamada uberização do trabalho somente pode ser compreendida e utilizada como expressão de modos de ser do trabalho que se expandem nas plataformas digitais, onde as

---

<sup>6</sup> “O processo de uberização, termo que faz referência a empresa Uber, pode ser compreendido como uma nova forma de agudização da precarização do trabalho. O termo ‘uberização’ é utilizado para expressar a conexão entre as mais recentes tecnologias e o aprofundamento da precarização das relações trabalhistas” (PINHEIRO; SOUZA; GUIMARÃES, 2018, p. 53).

relações de trabalho são cada vez mais individualizadas (sempre que isso for possível) e invisibilizadas, de modo a assumir a aparência de prestação de serviços. [...] são expressão de formas diferenciadas de assalariamento, comportando tanto obtenção de lucro, exploração do mais valor e, também, espoliação do trabalho, ao transferir os custos para seus/suas trabalhadores/as que passam a depender diretamente do financiamento de suas despesas, que são imprescindíveis para a realização de seu labor (ANTUNES, FILGUEIRAS, 2020, p. 32).

São grandes e poucas empresas que comandam esse setor, e a principal característica delas é a ausência de responsabilidade ou obrigação legal para com seus trabalhadores. A taxa de lucro do trabalhador é baixa e as exigências são grandes, podendo citar, por exemplo, a avaliação que os usuários fazem do serviço prestado, para informar a empresa sobre o atendimento realizado. O trabalhador deve oferecer serviço de excelência, sem a menor assistência por parte da empresa. Os gastos com internet, alimentação, manutenção de veículos e eventuais acidentes é de inteira responsabilidade do trabalhador, caracterizando um exemplo da precarização total do trabalho.

O capital cria diversos mecanismos que garantam a sua hegemonia e a superação da crise. As privatizações configuram uma forma de tentar expandir a economia terceirizando as funções do Estado. É no contexto da flexibilização das relações de trabalho que surge o segmento chamado “terceiro setor”, composto por organizações de natureza privada que desenvolvem ações sociais prestando serviços à comunidade. Pertencem a esse setor as sociedades civis sem fins lucrativos, as associações civis e as fundações de direito privado, todas voltadas para o bem-estar social.

As organizações, associações e entidades do terceiro setor possuem, a princípio, o caráter de trabalho sem fins lucrativos. Conforme Montão (2010, p. 199) “[...] em geral, as organizações do chamado ‘terceiro setor’ não tem condições de autofinanciamento”. Assim, são realizadas parcerias com o Estado e com empresas privadas para dar continuidade às ações ofertadas, além de transferência de recursos, com o Estado oferecendo como contrapartida a isenção de impostos.

Diante das transformações no mundo do trabalho, houve uma remodelagem substancial no modelo de produção, intensificado para responder as demandas do capital, que gerou maior exploração da mais-valia, perda progressi-

va de direitos, crescimento no índice de empobrecimento dos indivíduos, entre outros.

As transformações no âmbito do trabalho impostas pelas novas configurações do capital repercutiram diretamente no Serviço Social. O problema da “questão social” apresenta-se agora como um entrave para o Estado, que passa a reconhecer a gravidade e a criar mecanismos de combate ao problema, abrindo espaço para a atuação do assistente social em diferentes espaços institucionais.

No Brasil não foi diferente, o Serviço Social como profissão, inicialmente, entrou no cenário brasileiro marcado por fortes traços do tradicionalismo, passando por diversas modificações de acordo com as mudanças enfrentadas pelo país, de cunho político, econômico e cultural. Estas transformações perpassaram diversas etapas até os dias atuais. A profissão de Serviço Social se inscreve na divisão sociotécnica do trabalho e o profissional constitui-se um trabalhador assalariado, estando submetido às diversas formas de precarização oriunda do processo de acumulação flexível, como os demais trabalhadores.

### **3 O SERVIÇO SOCIAL FRENTE ÀS NOVAS FORMAS DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL**

Nesse capítulo, prioriza-se a abordagem da trajetória da profissão no cenário brasileiro, desde sua emergência e institucionalização como profissão até os dias atuais. Reconhece-se que a profissão passou por diversas transformações na apropriação de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, acompanhando as transformações societárias, enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho. Nessa direção, houve transformações significativas – em sua origem uma profissão baseada em uma perspectiva positivista, conservadora do *status quo*, hoje voltada para a busca de respostas acerca da raiz dos problemas sociais, à luz da teoria histórico-crítica.

#### **3.1 A emergência da profissão no cenário brasileiro**

O Brasil e o mundo passaram por diversas modificações geradas pelo processo de acumulação do capital em seu quadro político, social e econômico, as quais foram marcadas pelo acirramento da “questão social”. Diante do alto índice de pauperização populacional, surge a necessidade da implementação de políticas de assistência voltadas à contenção de conflitos e à manutenção da ordem social, com isso emerge a urgência de profissionais capacitados para atuarem frente ao problema.

Nesses termos,

[...] Não há dúvidas em relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa, com as sequelas necessárias dos processos que comparecem na constituição e no envolver do capitalismo, em especial aqueles concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como se revelou no curso do século XIX (NETTO, 2009, p. 17).

O período foi marcado por diversas manifestações da classe trabalhadora, que reivindicava melhores condições de vida e de trabalho. Assim sendo, o Serviço Social surge visando responder a demanda por ações de cunho social. Para tal, utiliza-se dos espaços já existentes e das ações desenvolvidas pela igreja católica.

Desse modo, o surgimento da profissão [...] “se dá no seio do bloco católico, que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio de formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de sua doutrina e ideologia” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2003, p. 213-214). Argumenta-se que:

Como profissão inscrita na divisão do trabalho, o Serviço Social surge como parte de um movimento social mais amplo, de bases profissionais, articulado à necessidade de formação doutrinária e social do laicato, para uma presença mais ativa da Igreja Católica no “mundo temporal”, nos inícios da década de 30. Na tentativa de recuperar áreas de influências e privilégios perdidos, em face da crescente secularização da sociedade e das tensões presentes nas relações entre Igreja e Estado, a Igreja procura superar a postura contemplativa (IAMAMOTO, 2013, p. 18).

A assistência social no Brasil teve sua atuação resumida a ações de cunho paternalista, clientelista, caritativo e sem a presença direta do Estado, sendo marcadas pelas boas ações como favor e auxílio à população mais pobre, não como dever do Estado.

Os trabalhadores e suas famílias eram submetidos a atendimentos seletivos, fragmentados e individualizados em instituições sociais privadas, filantrópicas e religiosas, onde a pauperização dos trabalhadores era tratada como problema de caráter e disfunção individual. Ações de assistência e auxílio aos trabalhadores eram oferecidas pelas referidas instituições, com o intuito de amenizar a situação de empobrecimento da população, onde a finalidade do trabalho social era apaziguar os ânimos e modificar o caráter dos indivíduos. Outrossim, provocar uma mudança moralizante.

No decorrer dos anos, mais especificamente nas décadas de 1930 e 1940, ocorrem algumas mudanças, no âmbito estatal, em relação ao trato da situação de empobrecimento da classe trabalhadora, permitindo afirmar que:

O perfil das políticas sociais do período de 1937 a 1945 foi marcado pelos traços de autoritarismo e centralização tecno burocrática, pois emanavam do poder central e sustentavam-se em medidas autoritárias. Também era composto por traços paternalistas, baseava-se na legislação trabalhista ofertada como concessão e numa estrutura burocrática e corporativa, criando um aparato institucional e estimulando o corporativismo na classe trabalhadora (COUTO, 2010, p. 104).

É nesse período que são criadas as primeiras escolas de Serviço Social no país, embasadas na doutrina social da Igreja, regida por interesses burgueses e voltadas para a formação social, moral e intelectual dos indivíduos, valendo-se da psicanálise e da sociologia de base positivista e funcionalista.

A primeira escola surgiu em 1936, em São Paulo, tendo à frente Albertina Ferreira Ramos e Maria Kiehl, ambas ligadas ao Centro de Estudos de Ação Social (CEAS) relacionado à igreja católica. A atuação profissional de assistentes sociais envolvia trabalhos de cunho instrutivo e assistencial, consistindo na culpabilização dos sujeitos pela sua condição de miserabilidade na sociedade. Eram executadas ações de organização e desenvolvimento de comunidade, além do atendimento individual ou grupal, nos quais se objetivava o ajustamento dos indivíduos na sociedade burguesa, culminando no que se conhece como Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade, sob a influência do Serviço Social norte-americano.

A partir da influência norte-americana, o Serviço Social alcança o maior nível de sistematização teórica e técnica, avança no trabalho com indivíduos e famílias e consolida novas abordagens metodológicas como o Serviço Social de Caso, o Serviço Social de Grupo e o Serviço Social de Comunidade, que passam a ser desenvolvidos nas instituições sócio-assistenciais em diferentes áreas, como saúde, habitação, educação, previdência social, etc (RAICHELLIS, 2006, p. 15).

A primeira regulamentação da assistência social foi criada no ano de 1938, denominada de Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS). O CNSS tinha como objetivo a centralização e organização das ações assistenciais públicas e privadas, com o Estado demonstrando interesse pelo comando das ações. Nesse momento se firma sua relação com a elite brasileira e se avalia a sua competência em oferecer auxílio e assistência pública gratuita aos necessitados. Desse modo, afirma-se que

O Conselho é criado como um dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde, passando a funcionar em uma de suas dependências, sendo formado por figuras ilustres da sociedade cultural e filantrópica, substituindo o governante na decisão quanto a quais organizações auxiliares. Transita, pois, nessa decisão, o gesto benemérito do governante por uma racionalidade nova, que não chega a ser tipicamente estatal, visto que atribui ao Conselho certa autonomia (MESTRINER, 2001, p.57).

Em 1942 surge a Legião Brasileira de Assistência (LBA), uma instituição com atividades direcionadas às mulheres e crianças dos soldados enviados à guerra, oferecendo suporte com atendimentos pontuais e urgentes. Tais ações eram promovidas pelas primeiras-damas, partindo daí a ligação entre o chamado primeiro damismo<sup>7</sup> e o Serviço Social.

Em 1942, buscando legitimidade junto à população pobre, o governo criou a Legião Brasileira de Assistência (LBA), com o objetivo de assistir, primeiramente, às famílias dos pracinhas, que foram para a Guerra e logo depois estender o seu trabalho à população pobre, principalmente com 293 programas na área materno-infantil. A LBA representou o braço assistencialista do governo, que centrou na figura da primeira-dama Darcy Vargas a coordenação da instituição. Este traço clientelista e vinculado à benemerência apresentou-se persistente por muitos anos na política assistencial brasileira (COUTO, 2010, p. 103).

Após 1946, a assistência social no Brasil não passou por grandes avanços, observando a continuidade da velha forma assistencial clientelista, seletiva e fragmentada. Algumas das instituições criadas nesse período foram a Fundação Leão XIII, em 1946 no Rio de Janeiro, com o objetivo de pôr a melhoria das favelas, no âmbito urbano, educação e saúde; Serviço Social da Indústria (SESI), fundado em 1946, direcionado aos trabalhadores industriais no país; Serviço Nacional de aprendizagem (SENAC), criado em 1946, com o intuito de promover crescimento e aperfeiçoamento do ensino comercial no país, ou seja, capacitar os trabalhadores para o mundo do trabalho.

De acordo com lamamoto (1998), todas essas instituições foram criadas para camuflar os reais problemas que a classe trabalhadora enfrentava, funcionando para apaziguar os ânimos da classe e provocando uma onda de conformismo, desestimulando a luta por melhorias das condições de vida e de trabalho.

---

<sup>7</sup> As mulheres foram designadas Primeiras-Damas a partir da década de 1940, as atividades exercidas por estas mulheres foram assegurando-se como atividades de ordem filantrópica, digna no plano da atenção à pobreza. “Em meio a um processo de gestão política racional ligado a necessidade do Estado se fazer presente no cenário social, a figura da primeira-dama é moldada O Estado então recorre aos valores socialmente difundidos como femininos para sensibilizar a sociedade a intervir na ‘questão social’, impulsionando o espírito filantrópico a partir de práticas assistencialistas, características da ação projetada para a primeira-dama da Nação” (RODRIGUES, 2017, p. 2).

Mudanças significativas no âmbito do Serviço Social brasileiro só viriam a acontecer após a década de 1960, mais precisamente no período da Ditadura Militar, em decorrência das alterações no cenário social, cultural, político e econômico no país. Houve a quebra do modelo de assistência populista herdado da era Vargas.

Realizada essa breve reflexão com o Estado passando a voltar-se para o setor financeiro e econômico, trazendo novamente os ideais neoliberais, ocasionando um verdadeiro retrocesso no âmbito dos direitos sociais e diversas mudanças no campo da atuação prática e do conhecimento teórico da profissão.

### **3.2 Mudanças do Serviço Social no Brasil: década de 1960 a 1980**

Como é de conhecimento geral, a década de 1960 foi marcada por diversas transformações na sociedade brasileira, as quais atingiram fortemente diferentes esferas da sociedade, assim como as diferentes profissões atuantes em território brasileiro, entre elas o Serviço Social. Este período foi marcado por um autoritarismo centralizado e notório retrocesso no âmbito dos direitos sociais.

A prática da assistência social continuava a se pautar em ações assistenciais seletivas, pontuais e distribuídas por critérios de mérito. Os trabalhadores sofriam forte repressão e controle por parte do Estado, além de serem perseguidos e impedidos de lutar por seus direitos. As mobilizações eram vistas como ameaça ao regime, e, portanto, duramente reprimidas, inclusive com o uso de força policial.

Nessa direção, o processo de crescimento da industrialização no país é proporcional ao elevado índice de desigualdade social, pobreza, desemprego estrutural, e da inserção de mão de obra feminina e infantil na indústria, principalmente no mercado informal, a população teve seus direitos restritos e a luta pela conquista por direitos era quase impossível. Para Couto (2010), o período teve perfil limitado e autoritário na concepção dos direitos sociais, que tinham a finalidade de assegurar a sustentação política do regime.

Diante das mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais trazidas pela mundialização do capital, pela ofensiva neoliberal e pelo novo regime, surgem novas demandas para o assistente social. A profissão, que até então desempenhava funções do Estado, como a execução de políticas sociais

pautadas assistenciais, passa a desenvolver-se no campo técnico e científico em resposta às novas exigências do mercado. Para a maioria da população do país, o período da Ditadura Militar foi apontado como um período de enorme retrocesso no âmbito dos direitos sociais. Houve a instauração da política centralizadora, de um governo controlador e autoritário, diminuição e até proibição da participação popular na esfera do poder público, ficando evidente a ação antidemocrática por parte do Estado.

Na década de 1960, o contexto latino-americano é marcado pelo movimento de reconceituação do Serviço Social, enquanto no Brasil acontece o processo de renovação da profissão. Dois movimentos considerados decisivos na trajetória de desenvolvimento desta, marcados principalmente pelo processo de ruptura com o conservadorismo. Assim, a profissão tende a buscar novas propostas de intervenção e uma elaboração teórica mais aprofundada e diversificada, modificando seu exercício e seu processo de formação profissional.

Diante do cenário de crise estrutural e da instauração da Ditadura Militar no país, a profissão se volta às áreas de pesquisa, planejamento, administração e desenvolvimento de ações e projetos sociais direcionados para os setores sociais – são distanciadas as amarras que a prendiam ao Estado e à doutrina da igreja, possibilitando que se tornasse uma profissão laica. Os profissionais passam a adquirir visão crítica acerca dos problemas sociais, tendo em vista o sistema capitalista como principal causador e estabelecendo forte ligação com as Ciências Sociais. É nesse período que começa a se aproximar do pensamento de Marx e da classe trabalhadora, na luta por direitos sociais.

Assim, a Reconceituação questionava o papel dos Assistentes Sociais no processo de superação da condição de subdesenvolvimento dos países latino-americanos em um cenário no qual os projetos desenvolvimentistas nacionais de corte democrático liberal davam claros sinais de ineficácia e incompatibilidade com os reais interesses e necessidades da população [...]. Questionavam, portanto, a condição e a posição dos países latino-americanos no contexto de dominação burguesa, esta fundamentada no grande monopólio internacional. Ou seja, pode-se afirmar que a Reconceituação foi, indubitavelmente, um fenômeno organicamente vinculado à conjuntura da sua época marcada mundialmente por uma crise sem precedentes da ordem capitalista em sua fase monopólica (ORTIZ, 2010, p. 162).

De acordo com Netto (1996), é a partir dos anos de 1970 que surgem maiores modificações na sociedade brasileira, momento em que correm diversas transformações que ocasionam o aumento do empobrecimento da população. São criados diversos mecanismos de controle social, dentre eles os benefícios, ações sociais, fundação de instituições e órgãos públicos. Pode-se citar como exemplos o Fundo de Garantia do trabalhador assalariado (FGTS), a União das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP), a inclusão de trabalhadores rurais na previdência social, entre outros. Para Miotto (2013), o governo militar ofereceu benefícios e programas assistenciais com o intuito de obter maior aceitação da população em geral e com isso garantir a ordem e a manutenção do novo regime.

Na área da assistência social, alguns fatos de notória importância aconteceram no ano de 1974, entre eles: a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que se uniu à LBA, à Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (FUNABEM), à Central de Medicamentos (CEME) e à Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV).

Diante do acirramento das expressões da “questão social” no país, bem como das mudanças sociopolíticas, surgem novas demandas, diversos movimentos sociais e a aproximação do Serviço Social a estes. É intensificada a visão crítica da profissão acerca dos problemas sociais e econômicos do país, firmando-se a ideia de uma verdadeira transformação societária. O período é marcado por diversas ações populares em prol da luta por direitos e pela redemocratização do país.

A década de 1980 é marcada pela crise do Estado de Bem-Estar Social empregado pelo sistema ditatorial, com os problemas sociais crescendo e obtendo destaque. Assim sendo, mediante mudanças estruturais ocasionadas pelo fracasso do militarismo, o Estado brasileiro volta-se para uma nova adequação social.

No ano de 1985, houve uma demanda do setor de assistência social para que se adaptasse a nova realidade democrática do país, em que as camadas populares exigiam respostas efetivas das políticas assistenciais. A partir daí, começou-se a discutir a necessidade de formulação de uma política pública de assistência social (FONSECA 2013, p. 335).

Frente às novas demandas de origens social e institucional, surge a necessidade de aporte prático e teórico-metodológico aprimorado, da análise crítica acerca da realidade, da observação e compreensão do meio no qual a profissão está inscrita e de todo o processo do desenvolvimento capitalista e sua influência direta na sociedade brasileira.

É diante disso que a categoria profissional vê a necessidade de focar na produção acadêmica a fim de desenvolver novas propostas de atuação mediante as novas demandas sociais.

O Serviço Social, então, passa a aproximar-se cada vez mais da visão crítica acerca dos males sociais e do papel do Estado na sociedade capitalista. A profissão conta com a contribuição teórica de renomados autores e da aproximação ao marxismo, com um distanciamento gradual das práticas mais tradicionais e o surgimento da necessidade de repensar os saberes e práticas profissionais.

Diante disso, o campo profissional do assistente social se amplia e diversifica e os profissionais passam a se comprometer com a luta por direitos, assumindo um compromisso com a classe trabalhadora – posto que passavam a enfrentar os mesmos dilemas por terem se tornado apenas mais uma categoria de trabalhador assalariado inscrita na divisão social e técnica do trabalho.

## **4 O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

A criação da política de assistência social, firmada pela Constituição Federal, no final da década de 1980, no tripé da seguridade social, marca uma grande conquista para a categoria dos assistentes sociais – integrante da mobilização e luta por sua consolidação enquanto política pública, junto a outras forças sociais. Nessa política, o assistente social torna-se o principal mediador entre Estado e sociedade, desempenhando atribuições pautadas na garantia de direitos.

Contudo, diante das novas formas de relações de trabalho advindas do processo de reestruturação do capital e da ascensão do neoliberalismo econômico, nos anos 1990, tanto a política de assistência quanto os assistentes sociais se veem diante de novas demandas e novos desafios.

Decerto, o período de ascensão do neoliberalismo econômico é marcado pelo retrocesso no âmbito dos direitos sociais e pela precarização do trabalho, caracterizado pelo corte de gastos públicos e intensificado pelo processo de terceirização. Nesse processo, o Serviço Social é fortemente atingido e passa a compor o cenário da precarização do trabalho.

### **4.1 A assistência social como política pública de direito: avanços e retrocessos**

É no cenário da redemocratização no país que se tem promulgada a Constituição Federal (CF) de 1988. Esse fato torna-se um marco histórico para a assistência social brasileira, que passa a ser definida como política pública de direito, deixando de lado o perfil da benemerência social para trazer um caráter de direito conquistado pelo povo. Além disso, volta-se para as classes mais pobres e necessitadas, com o objetivo de combater à pobreza e quiçá minimizar as desigualdades sociais, como responsabilidade do Estado pautada em um novo sistema político-administrativo descentralizado e participativo. Nessa direção, a política pública de assistência social passa a compor o tripé da seguridade social, conforme o artigo 194 da CF de 1988.

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da

sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único – Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I – universalidade da cobertura e do atendimento;
- II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V – equidade na forma de participação no custeio;
- VI – diversidade da base de financiamento;
- VII – caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados (BRASIL, 1988).

A década de 1990 é marcada por uma série de retrocessos no âmbito dos direitos sociais com a intensificação do neoliberalismo econômico no país. Adota-se o Estado mínimo, ou seja, o Estado passa a focalizar seus investimentos no setor econômico-financeiro, em detrimento das políticas públicas e dos direitos sociais. Dessa forma, ocorre o regresso às práticas assistencialistas da profissão, deixando de lado todo o árduo processo de conquista de direitos. O Estado coloca seu papel nas mãos da iniciativa privada, abrindo espaço para a terceirização e a privatização de empresas estatais.

Em 1993, em meio à conjuntura neoliberal, é promulgada a Lei nº 8.742, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), marcando um novo ciclo para a profissão de Serviço Social e para a assistência social no Brasil, com suas ações voltadas para os diversos segmentos vulnerabilizados, entre os quais idosos, crianças, adolescentes e pessoas com deficiência. Contrariando o momento histórico, com a LOAS, reforça-se a definição da assistência social como política pública universal, de direito do cidadão e dever do Estado – expressa na Constituição de 1988 –, cuja execução e responsabilidade das ações passa a ser compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal.

Para além da reafirmação da assistência social como política pública, a LOAS traz ainda a importância da participação popular nas ações do Estado, na formulação de programas, projetos e serviços ofertados, transformando-se em um importante instrumento na defesa dos direitos cidadãos. Em seu artigo 1º, a LOAS define a assistência social como “[...] sendo uma política de Seguridade Social não contributiva, que será realizada através de um conjunto integrado de

ações (...) para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 1993).

Além da LOAS, outros acontecimentos importantes para a assistência social ocorreram, a exemplo da criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004; das Normas Operacionais Básicas do Sistema Único da Assistência Social (NOB-SUAS) e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais em 2009. Dentre tais marcos, merece maior destaque a instituição da PNAS e do SUAS.

A PNAS tem papel fundamental no processamento e no desenvolvimento da profissão, pois possui caráter normatizador dos serviços de assistência. Foi por meio dela que se implementou os equipamentos básicos da assistência social, a saber os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). Os serviços de acolhida, escuta, atendimento psicossocial a indivíduos, grupos e famílias são realizados nos CREAS (BRASIL, 2008, p. 48).

Em um período marcado pelo acirramento das expressões da “questão social”, a instituição do SUAS significou uma conquista notável na área da assistência social pública e gratuita no Brasil. A partir daí passa a ser reforçada a ideia de política pública expressa na CF de 1988 e a questão começa a fazer parte do orçamento público de estados e municípios, passando a ser distribuída em todo o território brasileiro de forma igualitária, de acordo com a demanda das regiões. A assistência social volta-se para o trabalhador, para as famílias e a comunidade em situação de risco como um todo, garantindo, assim, o direito adquirido e promulgado na Constituição.

O SUAS é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social, prestados diretamente – ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos –, por órgão se instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público BRASIL, 2008, volume 1, p. 97).

O SUAS, foi criado para operacionalizar as ações de assistência social no Brasil, tendo sido previsto e regulamentado pela lei nº 8742/1993, a LOAS. O SUAS é planejado e executado pelas esferas de governo federal, estadual e municipal, formado por um sistema descentralizado e participativo no qual são

desenvolvidos serviços, programas, projetos e benefícios voltados para a população em condição de pobreza e miserabilidade. Foi implantado no Brasil somente em 2005, através da aprovação da PNAS no ano de 2004, que trouxe apontamentos importantes acerca da assistência social brasileira e do SUAS, ocasionando sua conformação, significando um grande marco para a assistência.

Entre seus principais objetivos estão os de unificar a assistência social em todo o território nacional e levar a todos as regiões a mesma acessibilidade aos direitos adquiridos e promulgados na carta magna. Ou seja, garantir que a assistência social alcance a todos que dela necessitarem, independente da região, e garantir que os princípios e diretrizes firmados pela LOAS sejam colocados em prática.

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil (BRASIL, 2005, p. 39).

O sistema oferece a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE), esta subdividida em média e alta complexidade. Na PSB estão os CRAS como principal equipamento de atendimento à população, enquanto na PSE estão os CREAS, voltados para situações com maior complexidade, Centro Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP), Centro-Dia de Referência para Pessoa com Deficiência (Centro-Dia), entre outros.

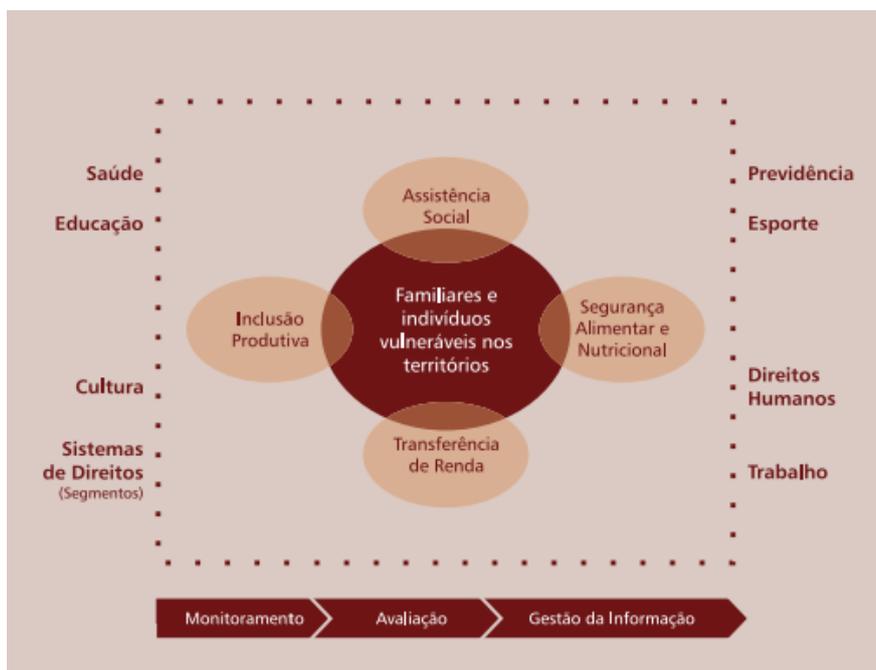
A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e/ou fragilização de vínculos afetivos –

relacionais e de pertencimento social. A proteção social especial tem por objetivos prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2005, p. 92).

O SUAS possui mecanismos de acompanhamento e atendimento à população em condição de pobreza, de elaboração e implementação de políticas e projetos e sociais, onde o assistente social é um dos principais profissionais atuantes.

Entre os mecanismos de atendimento à população está o CRAS, equipamento voltado ao acolhimento e ao atendimento às famílias, à promoção de acesso aos direitos e inclusão social, com a finalidade de fortalecer os vínculos familiares, visando a garantia de que os direitos e benefícios sociais sejam alcançados por todos os que deles necessitarem. De acordo com o Censo SUAS 2019, em 2019 existiam 8.357 CRAS e 2.713 CREAS cadastrados no Brasil, trazendo a ideia do grande número de possíveis assistentes sociais atuantes nesse campo.

Em 23 de janeiro de 2004 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), órgão de notória relevância para a assistência social brasileira, fundado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Seu papel sendo o de coordenar, controlar e avaliar programas do governo voltados ao controle social e transferência de renda. Possui a finalidade também da coordenação da PNAS, do SUAS e do Fundo Nacional de Combate e Erradicação da Pobreza (FNCP). Entre as ações principais do órgão está o desenvolvimento de estratégias de combate à fome e a miséria, bem como o desenvolvimento de políticas públicas em consonância com estados e municípios. As políticas do MDS contavam com um sistema de promoção e proteção social que alcançam milhões de pessoas em todas as regiões do país.

**FIGURA 1 – Rede de proteção e promoção social do MDS**

Fonte: Sistema Único de Assistência Social: Consolidação do SUAS

No atual governo, que tem como principal gestor Jair Messias Bolsonaro (2020), houve a unificação do MDS com Ministério do Esporte, formando, assim, o Ministério da Cidadania. O MDS foi extinto nesse movimento. A principal função do novo ministério passou a ser o desenvolvimento de programas culturais e esportivos.

A trajetória da assistência social remete a todo o processo assistencial no Brasil até a sua concepção como política pública garantida na Constituição Federal de 1988. Sua inclusão no tripé da seguridade social significou uma grande conquista no rol dos direitos sociais, que passam a ser de responsabilidade do Estado, contando com a coparticipação de todos. O seu processo de avanço e conquista foi bastante árduo, passando por retrocessos de acordo com o contexto social e econômico do país.

No Brasil, contemporaneamente, a assistência social é legalmente um direito adquirido por todos os cidadãos que dela necessitarem, sendo do Estado a responsabilidade de ofertar seus serviços, programas e projetos a população.

É sabido que já foi em um cenário de reestruturação produtiva do capital que ocorreu o avanço da Política de Assistência Social no país, significando uma enorme conquista para a profissão de Serviço Social e para todos os cidadãos brasileiros necessitados. Por outro lado, logo em seguida, houve a

expansão das políticas neoliberais no país, provocando um enorme retrocesso no campo dos direitos sociais.

Nesses termos, o Estado neoliberal passa a desenvolver mecanismos de flexibilização do trabalho, entre eles o fenômeno da terceirização, passando a transferir suas obrigações de prestação de serviços às empresas privadas e ao terceiro setor.

É nesse cenário contraditório que o assistente social passa a integrar o rol da precarização do trabalho, estando inserido em diferentes espaços ocupacionais voltados às práticas assistenciais tradicionais, passando a sofrer os mais diversos tipos de precarização do trabalho. O Serviço Social passa a enfrentar dilemas nos diferentes campos de atuação: saúde, educação, justiça, habitação, assistência social, entre outros. No campo da assistência social, e mais precisamente no SUAS, os desafios são enormes e envolvem precárias condições de vida e trabalho que acabam interferindo no desempenho profissional.

#### **4.2 A precarização do trabalho do assistente social no SUAS**

Após a Constituição de 1988, a assistência social é inserida como política pública não contributiva, começando a fazer parte do tripé da seguridade social, junto às políticas de Saúde e Previdência Social. Dessa forma, o espaço de atuação do assistente social foi expandido.

A construção do direito da Assistência Social é recente na história do Brasil. Durante muitos anos a questão social esteve ausente das formulações de políticas no país. O grande marco é a Constituição de 1988, chamada de Constituição Cidadã, que confere, pela primeira vez, a condição de política pública à assistência social, constituindo, no mesmo nível da saúde e previdência social, o tripé da seguridade social (BRASIL, 1993, p. 4).

Nesse contexto, os assistentes sociais são chamados a ao desenvolvimento de inovações na formulação de políticas públicas, bem como de atividades direcionadas à luta contra o crescente índice de empobrecimento da população e o aumento significativo das expressões da “questão social”.

Assim, o profissional foi recolocado diante de uma velha contradição: servir à instituição a qual faz parte, ao Estado, perpassado pelos interesses da

burguesia e, ao mesmo tempo, trabalhar em prol da classe trabalhadora na luta por direitos e pela formulação de políticas públicas que beneficiem o trabalhador, tendo como horizonte o fim da dominação de classe.

Verifica-se uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, às quais são socialmente forçadas a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se (IAMAMOTO, 2011, p. 416).

Os principais desafios colocados para os profissionais se situam no desenvolvimento de ações em condições precárias e na linha tênue de relações contratuais de trabalho, dado o contexto neoliberal. Para além disso, também no combate às marcas do tradicionalismo profissional, oriundas da herança cultural adquirida ao longo da história da profissão na sociedade capitalista.

Conforme já assinalado, a precarização do trabalho é um fenômeno inerente à reestruturação produtiva, marcada pela flexibilização do trabalho e pela intensificação da compra e venda da força de trabalho da classe trabalhadora, como pelo conseqüente afunilamento do atendimento as manifestações da “questão social”.

Como já sinalizado, a década de 1990 foi marcada pelo avanço do neoliberalismo econômico no Brasil, no governo do então presidente Fernando Collor de Melo, onde passa a valer o Estado mínimo de direito, regime em que o Estado se volta para o setor econômico-financeiro, deixando de lado sua atenção às políticas públicas e aos direitos sociais. Além disso, proporciona-se a diminuição e o corte de verbas destinadas à assistência social, repassando para empresas privadas seu dever de cumprir obrigações voltadas à sociedade.

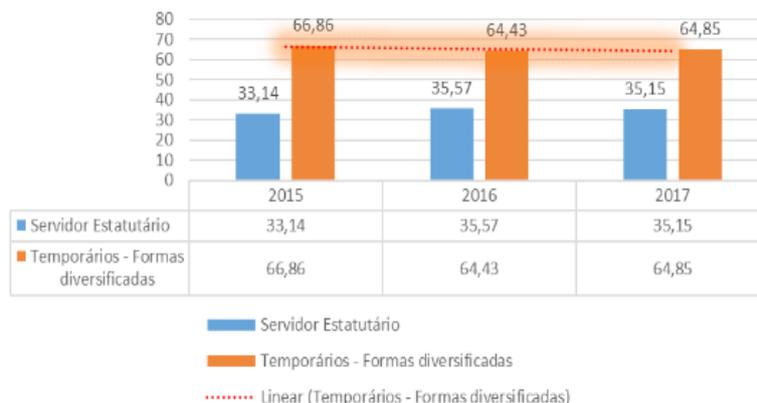
Segundo Iamamoto (2012), o Estado de cunho neoliberal, ao diminuir sua responsabilidade no âmbito social, a transfere à sociedade civil por meio de parcerias entre Estado e organizações não-governamentais, do chamado terceiro setor, significando uma forma de terceirizar sua responsabilidade frente à sociedade.

É nesse cenário que o assistente social enfrenta variados desafios, passando a se submeter a contratações temporárias, a trabalhar em múltiplos

empregos para garantir sua sobrevivência, a enfrentar jornadas excessivas de trabalho, aos baixos salários, locais inadequados para o desenvolvimento do trabalho, ao desgaste físico e psicológico, entre outros. Assim, o exercício profissional do assistente social torna-se precário e suscetível a inúmeros impasses.

No bojo da desregulamentação do trabalho, abre-se um enorme espaço para as contratações temporárias e para a terceirização. Contemporaneamente o que se observa no âmbito do SUAS são assistentes sociais, em sua maioria, em empregos de regime de contratos temporários e terceirizados. Diante disto, os profissionais são tomados pela insegurança e incerteza, sem estabilidade financeira e trabalhista, podendo ser substituídos a qualquer momento por outro profissional do exército industrial de reserva.

De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), os trabalhadores do SUAS devem ser aprovados em concursos públicos, submetidos a provas escrita e de títulos para aquisição de um vínculo efetivo. Contudo, não é o que se observa na prática, posto que grande parte dos profissionais trabalham sem vínculo permanente com as instituições, enquanto outra é de servidores e empregados públicos regidos pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

**FIGURA 2 – Tipos de contratação no SUAS**

Fonte: MDS. Censo SUAS 2015/2016/2017.

Na figura anterior fica nítida a disparidade nas formas de contratação no âmbito do SUAS, com os servidores estatutários constituindo uma minoria. Observa-se, ainda, que os trabalhos temporários estão em ascensão, caracterizando o processo de precarização do trabalho. A contratação temporária definida pela flexibilização do trabalho torna-se mais atraente ao empregador por não desenvolver vínculo empregatício com o trabalhador, bem como pela isenção de obrigatoriedade em ofertar os direitos trabalhistas. O assistente social se submete a esse tipo de trabalho por não encontrar outras opções disponíveis, tornando-se mais um trabalhador assalariado dentre milhões de desempregados ao redor de todo o mundo.

Devido ao crescimento do desemprego estrutural e a desregulamentação do trabalho, os trabalhadores passam a se submeter a contratos temporários. Dado os baixos salários, os profissionais se veem na necessidade de trabalhar em diversos lugares para conseguirem o sustento familiar. Desse modo, não conseguem exercer suas funções de maneira satisfatória, pois são expostos a grande cansaço físico e mental, deslocando-se de uma instituição com diversas demandas e para outras com demandas ainda mais complexas, diariamente, por horas que geralmente ultrapassam a carga horária de 30 horas semanais, estabelecida pela categoria profissional.

É comum observar profissionais atuando em distintos campos profissionais, como Saúde e Educação, ou Habitação e Justiça, tendo que desenvolver práticas diferentes diariamente, em dois ou três empregos. Dessa

forma, o profissional é submetido a trabalhar em diferentes ambientes, lidando com diversos dilemas em seu cotidiano – fato que os torna profissionais sobrecarregados e, conseqüentemente, irrealizados profissionalmente.

Cada campo de atuação exige práticas e saberes profissionais diferentes e condizentes com a demanda do local de trabalho. São necessários, ainda, conhecimentos teóricos e metodológicos distintos, aliados a apreensão de um conjunto de regulamentação jurídico-política que o profissional utiliza como base legal para o desenvolvimento do seu trabalho, nos diversos espaços de atuação profissional.

Ao desenhar um breve panorama sobre os diferentes campos de atuação do assistente social, podemos citar o campo da saúde, no qual as práticas se baseiam principalmente em políticas de saúde pública. No campo judiciário baseiam-se em diferentes legislações referentes aos direitos dos diversos segmentos etários, no campo da educação pautam-se na garantia de direitos regidos pela Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e outros documentos legais.

De acordo com os Parâmetros de atuação dos/as assistentes sociais no campo da Política de Assistência Social (CFESS, 2011), destaca-se o papel do assistente social no âmbito do SUAS, com a atuação profissional voltada para a identificação das demandas mais urgentes da população, formulação de políticas públicas, criação de estratégias de intervenção, enfrentamento imediato das expressões da “questão social” e luta incessante pela garantia de direitos. Além das dificuldades já enfrentadas pela profissão, como a velha imagem de profissão da ajuda, de base tradicional conservadora, aliando-se a isso os problemas advindos da precarização do trabalho, dentro da lógica neoliberal.

Nos CRAS, por exemplo, o atendimento tem, em geral, um teor emergencial, imediato e seletivo, o que torna o profissional um mero facilitador do acesso às políticas sociais e detentor do papel de resolver as questões da demanda com certa rapidez e emergência, sendo necessária a realização de estudos visando ultrapassar o âmbito da demanda emergente.

Dessa forma, o profissional não consegue desenvolver o trabalho com excelência, sendo submetido, por vezes, ao desvio de atividades, as quais seriam de competência de outros profissionais. Aliado a isso, processa-se a

falta de tempo para dedicar-se ao estudo e ao conhecimento da realidade sobre a qual se debruça, devido ao tempo parcial em locais de trabalho distintos, não atendendo a contento as inúmeras demandas emergentes e a dupla e/ou tripla, em alguns casos, jornadas de trabalho.

Diante da realidade vivenciada no âmbito do SUAS, que marca a precarização do trabalho do assistente social, nota-se uma falta de reconhecimento acerca das atribuições inerentes ao Serviço Social por parte de profissionais de outras áreas – o que acaba provocando o excesso de demandas e atribuições que não são pertencentes à profissão. Assim como na Saúde, na Educação, no Sociojurídico e na Previdência Social, dentre outras, a falta de recursos públicos faz com que os locais de trabalho se tornem, em sua maioria, locais inapropriados para que o profissional desenvolva plenamente suas atividades. Aliado a isso, trabalham em salas compartilhadas com profissionais de outras áreas, o que dificulta a realização de procedimentos específicos do Serviço Social, como a entrevista, por exemplo, que deve ser feita de forma sigilosa, em ambiente tranquilo, sem interferências.

De acordo com o artigo 3º da Resolução do CFESS, de nº 493/2006: “O atendimento efetuado pelo assistente social deve ser feito com portas fechadas, de forma a garantir o sigilo” (CFESS, 2006). A Resolução prevê ainda as condições mínimas e fundamentais para o andamento das atividades inerentes ao trabalho do assistente social, mas a previsão legal não garante que tais condições sejam cumpridas pelas instituições. Assim, o profissional se vê diante daquele velho ditado, bastante usado na área: “na prática a teoria é outra”, pois o que vemos é a falta de infraestrutura adequada, de recursos humanos, materiais e instrumentos necessários para o desenvolvimento das atividades, e outros múltiplos fatores que precarizam a ação profissional.

Diante do receituário político-ideológico do neoliberalismo, o profissional de Serviço Social passa a enfrentar dilemas semelhantes ao de trabalhadores de diferentes profissões, submetendo-se a contratos temporários, baixos salários, alta rotatividade, desemprego e concorrência desenfreada na luta por uma vaga em empresas privadas, filantrópicas ou concursos públicos. Nessa ótica, argumenta-se que:

O assistente social, ao vender a sua força de trabalho enquanto meio de garantia de sua subsistência, assim como qualquer

trabalhador submetido ao regime econômico capitalista, este também fica alienado do “controle sobre os meios de produção do seu trabalho, submetendo-se às normas regulatórias e hierarquias administrativas que organizam os serviços. (BARBOSA, CARDOSO & ALMEIDA, 1998, p. 118).

Uma característica dessa nova fase demandada pela lógica de privatização e de ataque à educação pública é o surgimento de um número significativo de faculdades privadas ofertando o curso de Serviço Social à distância, o que gera grande impacto no nível intelectual dos profissionais formados nesse novo modelo de estudo. Para Guerra (2013, p. 103), [...] “no caso específico dos assistentes sociais, o barateamento da formação constrói o perfil mais adequado de profissional para ‘operar’ as políticas sociais focalistas, precarizadas, assistencializadas e abstraídas de direitos sociais”.

O surgimento dessa nova modalidade de ensino contribui para a formação de profissionais com conhecimento teórico raso, mecanizado, imediatista, voltado para os interesses do capital. “A massificação e a perda de qualidade da formação universitária facilitam a submissão dos profissionais às demandas e ‘normas do mercado’, tendentes a um processo de politização à direita da categoria” (IAMAMOTO, 2017, p. 32).

Além do mais, a formação à distância gerou um grande contingente de profissionais formados e, conseqüentemente, fora do mercado de trabalho, pelo fato de não existirem vagas suficientes no para todos os recém-formados. Decerto, ocorreu um aumento desenfreado da concorrência entre os trabalhadores da área na luta por vagas de emprego, gerando um sentimento de disputa entre os profissionais e afastando-os da ideia de união da categoria profissional.

As instituições empregatícias no âmbito do SUAS exigem, em sua maioria, qualificação para contratação dos empregados, diante do que surgem dois tipos de profissionais: os qualificados e os não qualificados, os efetivos e os contratados. Estes, que ao exercerem múltiplas funções em variados espaços ocupacionais, acabam deixando de lado sua capacitação continuada, por falta de tempo e melhores condições financeiras para dar continuidade aos estudos, gerando uma enorme competitividade e mal-estar nos profissionais, que acabam optando por trabalhos temporários e sem estabilidade.

Por um lado, um grupo central, proporcionalmente restrito, de trabalhadores regulares, com cobertura de seguros e direitos de pensão, dotados de uma força de trabalho de maior especialização e salários relativamente mais elevados. Por outro lado, um amplo grupo periférico, formado por um contingente de trabalhadores temporários e/ou de tempo parcial, dotados de habilidades facilmente encontráveis no mercado de trabalho, sujeitos aos ciclos instáveis da produção e dos mercados (IAMAMOTTO, 2011, p. 119).

Dentro das instituições o profissional é submetido ao trabalho sob pressão, estando sujeito ao cumprimento de metas, exigência de produtividade, agilidade nas atividades desempenhadas, dessa maneira, tomados pela instabilidade e insegurança. Diante da grande taxa de desemprego no país, o profissional se vê obrigado a aceitar as condições precárias de emprego, deixando evidente que o profissional é só mais a um no grande rol do “exército industrial de reserva”.

As ações profissionais tornam-se frágeis, rasas, mecanizadas, repetitivas, e imediatistas, indo de encontro ao projeto ético-político da profissão, pois, ao serem submetidos a tais condições de trabalho, os profissionais têm sua autonomia drasticamente reduzida e são atingidos tanto no desempenho profissional e na qualidade do atendimento às demandas quanto na vida privada, pois as saúdes física e mental são atingidas.

Ações repetidas, rotineiras e acrícticas, os imediatismos, a fragmentação do trabalho, a urgência em dar respostas, a necessidade de buscar soluções individuais, sendo responsabilizado pelo seu sucesso ou fracasso, acarreta doenças profissionais, submetidos que estão à pressão para resolver os problemas que requisitam respostas imediatas e urgentes (GUERRA, 2010, p. 722).

A precarização das políticas sociais é fator relevante, pois atinge diretamente o desenvolvimento do trabalho do assistente social. A intitulação de políticas públicas conquistadas pelo povo, muitas vezes, é reduzida à imagem de benemerência social, com o assistente social como principal intermediador e favorecedor de acesso aos programas e serviços sociais à população, deixando visível a falta de reconhecimento das competências específicas da profissão.

Nesses termos,

O assistente social é visto como aquele profissional que 'faz', derivando daí várias implicações. Nessa perspectiva, a profissão é vista como técnica ou tecnologia social colocada para a administração da pobreza e, supostamente, para mediatizar e/ou controlar os "conflitos sociais" (GUERRA, 2016, p. 91).

Outrossim, deve haver consciência, por parte da sociedade, de que os direitos alcançados são conquistas do povo, são direitos e não favores prestados pelo Estado. Mudando a visão da grande massa trabalhadora, pode-se mudar, também, a cultura enraizada pelo povo.

O Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993 traz direcionamentos acerca de como os profissionais devem atuar no seu exercício profissional, entre eles: ter visão crítica acerca dos problemas sociais e trabalhar em prol de uma sociedade livre das amarras do capitalismo, ou seja, em prol da classe trabalhadora e na luta por direitos. Segundo Yamamoto (2009), lutar pela garantia de direitos é lutar contra o capital, é combater as amarras desse sistema cruel e explorador de maneira incessante. Logo, a categoria profissional precisa manter-se articulada e hegemonicamente qualificada para, de forma coletiva, dar respostas profissionais efetivas às demandas da população usuária.

## 5 CONCLUSÃO

Em face da reflexão proposta no presente trabalho, pode-se inferir que a problemática da precarização do trabalho do assistente social no SUAS, assim como nas diferentes áreas de atuação, é indissociável do processo de reestruturação do capital, constatada sua intensificação nas últimas três décadas.

Para a apreensão da emergência do Serviço Social, sua relação com a “questão social” e a precarização que abarca o trabalho do assistente social, fez-se necessário considerar o desenvolvimento da sociedade capitalista e da categoria trabalho. Foi na relação capital e trabalho que se concretizou o processo de exploração em face da industrialização, ocasionando o surgimento da classe operária, entregue às condições de exploração e a pauperização impostas pelo capital.

O estudo denotou que a crise do sistema feudal promoveu o advento do sistema capitalista, regulado pelo mercado e fundamentado na propriedade privada dos meios de produção, focando principalmente o lucro e relações sociais de produção fundamentalmente marcadas pela compra e venda da força de trabalho, ocasionando a expropriação dos seus meios de produção do homem, pondo a transição da sociedade feudal para a capitalista.

Constatou-se que as profundas transformações no trabalho e na vida social consolidaram a flexibilização/precarização, dissipando a forma de trabalho em que os indivíduos detinham seus próprios meios de produção com a reafirmação do lucro e da competitividade como estruturantes do mundo do trabalho, quando o sistema capitalista passa a configurar-se como novo sistema econômico e social determinando novos padrões para o processo de produção, atuando e modificando as relações sociais.

O processo de desenvolvimento do sistema capitalista evidenciou a relação desigual entre burguesia e proletariado e, especificamente a partir do capitalismo industrial, a classe trabalhadora sofreu intensa pauperização – consequência da condição de exploração e dominação a que era submetida.

A emergência e agravamento dos problemas sociais impulsionaram a organização dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho. Como vimos no desenvolvimento do trabalho, é nesse cenário que vão surgir

condições propícias para a gênese do Serviço Social, numa tentativa do Estado e da burguesia para conter os problemas advindos da “questão social”, que estava ameaçando a ordem vigente, por meio das manifestações da classe operária que se rebelava frente às condições desumanas e precárias as quais eram submetidas.

Compreendeu-se que o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão do trabalho, teve sua trajetória marcada por diversas lutas e redimensionamentos no campo teórico-metodológico. Observou-se a importância de identificar a trajetória da profissão em diferentes épocas e cenários no território brasileiro, desde sua institucionalização até as últimas décadas, captando seu movimento histórico e social.

A análise empreendida demonstrou que, no período pós 1960, configurou-se um quadro histórico de notórias transformações na conjuntura social, política, econômica e cultural brasileira. Constatou-se que a Ditadura Militar trouxe implicações – sendo uma época marcada por enorme retrocesso no âmbito dos direitos sociais – com as profissões, inclusive o Serviço Social, sofrendo impactos em seu exercício, sobretudo no que diz respeito à autonomia e ao comprometimento com a classe trabalhadora.

A década de 1980 foi marcada pelo fim da Ditadura Militar e pelo início da redemocratização no país com a instauração da Constituição Federal de 1988, que trouxe avanços na garantia de direitos e a ideia de uma sociedade mais justa. Junto à garantia de direitos e à ampliação de políticas públicas, o Serviço Social teve seu campo profissional ampliado, visto que novas áreas de atuação surgiram para além do setor público, abrindo-se espaço no setor privado e no terceiro setor, dentre outros. Significando, assim, um grande avanço para a profissão.

Já a década 1990 trouxe diversos impasses ao exercício profissional do assistente social, posto que esteve marcada pela ascensão do neoliberalismo econômico, que significou o corte de gastos no campo dos direitos sociais e a intensificação do terceiro setor, provocando grande impacto na profissão. O assistente social passa a se deparar com baixos salários, contratações temporárias, desemprego e autonomia reduzida. O corte de gastos públicos no campo das políticas sociais afetou fortemente a profissão, visto que esse é o seu principal campo de atuação.

Decerto, a flexibilização do trabalho impôs à classe trabalhadora diversos desafios, assim o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, vê-se diante de novas exigências e demandas sociais e institucionais.

O projeto neoliberal provocou (e persiste) num contínuo desmonte, tanto no campo dos direitos sociais conquistados ao longo da história como na vida dos trabalhadores de modo geral. Diante das precárias condições de trabalho e diminuição dos recursos públicos em diversas áreas, é tarefa quase impossível oferecer serviços de qualidade aos usuários dos serviços, programa e projetos institucionais. Novos desafios são impostos aos profissionais e aos usuários dos serviços institucionais, que precisam se organizar e mobilizar continuamente.

Constatou-se, no âmbito do SUAS, considerando alguns espaços ocupacionais, que os serviços se tornaram fragmentados, imediatistas e, em certa medida, paliativos, retomando as velhas formas tradicionais da profissão.

A reflexão realizada pôs a compreensão de que o Serviço Social é colocado perante novas demandas sociais e institucionais, atuando tanto no setor público como no privado, em diferentes espaços ocupacionais. Nesse sentido, cabe ao assistente social as funções de planejamento, acompanhamento e, principalmente, de executor de programas e atividades sociais, tendo sua atuação, por vezes, limitada e nada condizente com suas atribuições profissionais, deixando claro o movimento de retrocesso profissional e de inércia frente à realidade cruel das relações de trabalho impostas pelo Estado neoliberal.

Diante do estudado, constatou-se que é necessário esforço do coletivo profissional e, sobretudo, o desenvolvimento de análise crítica sobre a realidade social, bem como de uma compreensão acerca do funcionamento do Estado neoliberal. Assim será possível criar alternativas de respostas profissionais qualificadas que ultrapassem a mera demanda institucional e que contribuam para o fortalecimento da consciência crítica e da busca de emancipação da população alvo da atuação profissional do Serviço Social.

Entre as diferentes formas de respostas profissionais está a contribuição para o fortalecimento da luta pela ampliação e preservação dos direitos sociais garantidos na Constituição Federal (1988) e na LOAS (1993), além de se conferir maior importância aos campos da produção científica e da formação

profissional. Assim posto, o Serviço Social, como profissão de caráter crítico, sociopolítico e interventivo, tem em suas mãos a possibilidade de contribuir para que ocorra uma real mudança na sociedade, ainda que seja circunscrita a um determinado segmento populacional ou uma delimitada área de atuação.

Diante dos grandes desafios a serem enfrentados, destacamos a importância da defesa da esfera pública, das políticas sociais e da proteção social; de lutar contra a privatização dos serviços sociais públicos e a mercantilização; reunir esforços em favor da democratização dos direitos e do favorecimento do acesso de usuários a serviços públicos de qualidade. É necessário persistir na luta pela criação de instituições que visem qualificação e capacitação continuada dos assistentes sociais, espaços de estudos e de reflexão sobre o trabalho desempenhado. É necessário que haja um aprofundamento acerca dos princípios que orientam as práticas e a efetividade de resultados destas na vida dos usuários, pois, trabalhadores qualificados tendem a ser mais resistentes à manipulação ou à cooptação, possuindo aporte intelectual e crítico fundamental para enfrentarem as pressões políticas e os desvios de funções ou assédio moral em ambientes de trabalho.

Um dos maiores desafios a ser enfrentado pela categoria profissional é, principalmente, a luta contra a desqualificação do trabalho profissional, pela melhoria das condições de trabalho e o fortalecimento do Serviço Social, por uma sociedade mais justa e democrática.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: ABEPSS, 2009.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

ANTUNES, R.; FILGUEIRAS, V. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A epidemia da terceirização. *In*: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2014. v. 3.

BARBOSA, R. N., CARDOSO, F. G.; ALMEIDA, N. L. A categoria processo de trabalho e o trabalho do Assistente Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, 1998.

BIHR, Alain. **Da Grande Noite À Alternativa – O Movimento Operário Europeu em Crise**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de assistência social/PNAS**. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Sistema Único de Assistência Social: Consolidação do SUAS**. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo Sistema Único de Assistência Social 2015**. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo Sistema Único de Assistência Social 2016**. Brasília, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo Sistema Único de Assistência Social 2017**. Brasília, 2017.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasil, 2005.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1983.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Código de ética profissional do assistente social (1993)**. In: BONETTI, D. A. *et al.* **Serviço Social e ética**: um convite à nova práxis. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2010.

FALEIROS, V. de P. **O que é política social**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FONSECA, T. M. A. da. A deficiência no interior da política de Assistência social: um balanço sócio-histórico. **O Social em Questão**, n. 30, ano 17, p. 327-352, 2013. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_30\\_Fonseca\\_16.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Fonseca_16.pdf). Acesso em: 05 nov. 2020.

FORTI, V. **Ética, crime e loucura**: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FORTI, V.; GUERRA, Y. (org.). **Projeto ético-político do Serviço Social**: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2013.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GUERRA, Y. Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, A. E.;

AMARAL, A. (Orgs.). **Cenários**: contradições e pelejas do serviço social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.

\_\_\_\_\_. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104. p. 715-736, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

IAMAMOTO, M. V. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128., p. 13-38, jan./abr. 2017.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social**: identidade e alienação. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, K. **O Capital**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985. vol. 1, tomo 2.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Livro 1, vols. 1 e 2.

MELLO, A. F. **Marx e a globalização**. São Paulo: Boitempo, 1999.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIOTO, R. C. T.; NOGUEIRA, V. M. R. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Katálysis**, v. 16, p. 61-71, 2013.

MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, R. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: SENAC, 2001.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. Transformações Societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 50, p. 87-132, 1996.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-político do Serviço Social. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social e Saúde**. Brasília: CFESS, 2001.

\_\_\_\_\_. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 84, ano 26, 2005.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Organização Internacional do Trabalho**. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PINHEIRO, S. S.; SOUZA, M. P.; GUIMARÃES, K. C. Uberização: a precarização do trabalho do capitalismo contemporâneo. **Serviço Social em Debate**, v. 1, n. 2, p. 53-68, 2018.

RAICHELLIS, R. **O Serviço Social no Brasil**. *In*: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Agenda do assistente social**. Brasília: CFESS, 2006.

RODRIGUES, D. D. L. **Mulheres e política no estado da Paraíba: a atuação de Lúcia Braga em meio às práticas políticas locais**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências e Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SADER, E. Estado e Democracia: os dilemas do socialismo na virada do século. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

SILVA, M. O. S. (org.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. **O Projeto ético-político do Serviço Social**. 2009. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata\\_-braz-marcelo-20160806040743190286](http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/teixeira-joaquina-barata_-braz-marcelo-20160806040743190286). Acesso em: 15 jan. 2021.